



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Ata Número 04/2015

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada a 30 de junho de 2015

___ Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, nesta Vila de Sobral de Monte Agraço, no edifício dos Paços do Concelho, no Auditório Municipal, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, secretariado pela primeira e segundo secretários Dília Maria de Jesus Ferreira Batista e Mário Manuel Nogueira Lobato. _____

___ Estavam presente os seguintes membros da Assembleia Municipal: _____

___ Pela Coligação Democrática Unitária: Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Carla Maria Machado Alves, Fernando António Silva Lopes, Dília Maria de Jesus Ferreira Batista, Joaquim Manuel Gonçalves Ribeiro, Albertina Maria Jorge Rodrigues Fragoso Gaspar, Mário Manuel Nogueira Lobato, Patricia Alexandra Miranda Lopes, Pedro Miguel Paulino Baeta, Teresa Maria Ferreira Pires Sepúlveda e Luís António da Graça Eleutério. _____

___ Pelo Partido Socialista: Rui Luís Fernandes Corado, Cláudia Sofia de Almeida Gaspar Joaquim, André de Jesus Lourenço e Nuno Gonçalo de Oliveira Castanho Luís Fortes. _____

___ Pelo PPD/PSD: Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco e Elsa Maria Fernandes de Melo Rodrigues Belchior Penedo. _____

___ Pelo CDS/PP: Artur Miguel Rodrigues Costa. _____

___ Faltaram os membros: João Manuel da Silva Frade, Vítor Manuel Mineiro Lourenço, Ana Paula Simões Ramos Ribeiro Lourenço. _____

___ Com o Senhor Presidente da Câmara estavam presentes o Senhor Vice-Presidente Sérgio Bogalho, a Senhora Vereadora Patrícia Vitorino e os Senhores Vereadores Pedro Coelho dos Santos e Joaquim Biancard da Cruz. _____

___ Seguidamente saudou o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vereadora, os Senhores Vereadores, os membros da Assembleia Municipal, os trabalhadores da Autarquia e o público em geral. _____

___ **Justificação de Faltas:** _____

___ Foram presentes as comunicações dos membros: João Frade, datada de 23 de junho, a informar da sua impossibilidade para estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal, por motivos de foro pessoal, solicitando a justificação da sua falta, bem como a sua substituição nos termos da lei; Vítor Lourenço, datada de 23 de junho, a comunicar que, por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



motivos pessoais, não poderia comparecer na presente sessão, solicitando justificação da sua falta, bem como a sua substituição nos termos da lei; Ana Lourenço, datada de 25 de junho, a informar da sua impossibilidade em estar na presente sessão, por motivos de foro pessoal, solicitando a justificação da sua falta, bem como a sua substituição nos termos da lei. _____

_____ A mesa aceitou as justificações das faltas e as suas substituições nos termos da lei. _____

_____ O Senhor Presidente convidou o membro Mário Lobato para integrar a mesa da Assembleia Municipal, atendendo a que o primeiro secretário, João Frade, se encontrava ausente. _____

_____ **Expediente:** _____

_____ Seguidamente o Primeiro Secretário deu conhecimento do seguinte expediente: _____

_____ Da **Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço** a convidar para apresentação do Projeto Cluster Agro Industrial dos concelhos de Sobral e Arruda; do **Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes”** a acusar a receção da moção aprovada pela Assembleia Municipal, relativa à “Moção de Protesto”; da **Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço** a enviar convocatória para reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação; da **Sociedade Cultural e Recreativa de Moitelas** a remeter a informação com a composição dos novos elementos para os corpos sociais da coletividade e convite para almoço de aniversário da coletividade; da **Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço** a enviar cópia das atas das reuniões de Câmara realizadas de 20 de janeiro de 2015 a 20 de abril 2015; da **Comunidade Intermunicipal do Oeste** a solicitar que seja tomada deliberação relativa à Alteração dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Oeste; do **Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa – Procuradoria da República** a remeter para conhecimento cópia da sentença relativa à Ação Administrativa Especial – Declaração de Perda de Mandato – Manuel Mendes Brandão; da **Presidência da República Portuguesa** a acusar a receção da moção “Em defesa dos transportes públicos, mudar de política, combater a privatização da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa!”, aprovada na Assembleia Municipal de 17 de abril de 2015, agradecendo o seu envio; do **Gabinete do Primeiro-Ministro** a acusar a receção da moção aprovada pela Assembleia Municipal realizada no dia 27 de fevereiro, sobre Delegação de Competências; da **ANMP** a enviar circular com a Resolução do XXII Congresso da ANMP; da **Associação Popular de Sobral de Monte Agraço** a convidar para a Festa Final de Ano; do **Clube Desportivo e Recreativo de Pero Negro** a convidar para o festival de ginástica – 16º Gimno Pero Negro; da **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sobral de Monte Agraço** a enviar convite para as comemorações do seu 102º Aniversário; _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



____ Neste momento, quando eram vinte e uma horas e quarenta minutos, entrou na sala o membro Pedro Baeta. _____

____ O membro Rui Corado, com a anuência do Senhor Presidente, solicitou à Primeira Secretária para repetir a leitura de um ponto da correspondência, nomeadamente o do envio das cópias das atas das reuniões de Câmara Municipal à Assembleia Municipal. _____

____ Seguidamente, a Primeira Secretária procedeu à leitura do ponto solicitado. _____

____ O Senhor Presidente, no que se refere à observação colocada pelo membro Rui Corado sobre o envio das cópias das atas das reuniões de Câmara Municipal, informou que remeteu ao Senhor Presidente da Câmara uma nota para que as mesmas fossem entregues atempadamente, não tolerando que voltasse a suceder a ausência de envio das atas durante tanto tempo. _____

____ A membro Cláudia Joaquim questionou se as cópias das atas das reuniões de Câmara Municipal poderiam ser disponibilizadas aos membros da Assembleia Municipal. _____

____ O Senhor Presidente esclareceu que as atas estão disponíveis no site do Município, estando assim a sua consulta ao dispor de todos quantos as queiram consultar. _____

____ Na continuação da sua intervenção referiu que um dos pontos presentes no expediente recebido, designadamente o remetido pelo "Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa – Procuradoria da República a dar conhecimento da cópia da sentença relativa à Ação Administrativa Especial – Declaração de Perda de Mandato – Manuel Mendes Brandão", refere-se à resposta a um ofício remetido pela Assembleia Municipal para o Tribunal Administrativo, no mandato anterior, na sequência das consecutivas faltas e ausências do membro Manuel Brandão, tendo sido agora rececionada a sentença. _____

____ **Período Antes da Ordem do Dia:** _____

____ O Senhor Presidente referiu que neste momento, os vários grupos representados na Assembleia Municipal, caso pretendessem, podiam apresentar moções, requerimentos, recomendações, protestos, interpelações ou outras questões de interesse geral. _____

____ Seguidamente, a membro Elsa Penedo, informou que a bancada do PPD/PSD pretendia apresentar uma moção, a qual a seguir se transcreve: _____

____ **"Moção"** _____

____ *Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e membros da respetiva mesa* _____

____ *Ex.mo Senhor Presidente da Camara Municipal e Srs. Vereadores* _____

____ *Ex.mos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia* _____

____ *Caros Membros da Assembleia Municipal* _____

____ *Caros Senhores e Senhoras* _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



____ **Considerando:** _____
____ A) Que o Concelho de Sobral de Monte Agraço é dos poucos concelhos do País que não tem uma geminação internacional; _____

____ **O Grupo Municipal do PPD/PSD de Sobral de Monte Agraço propõe ao Executivo Camarário a geminação internacional do nosso concelho de Sobral de Monte Agraço com:** _____

- La Albuera, Espanha, localidade situada a cerca de 25 Km de Badajoz, para Sudeste, Batalha de Albuera travada a 16 de Maio de 1811. No período da Guerra Peninsular, em que o exercito composto por forças britânicas, portuguesas e espanholas, sob o comando do Senhor Beresford, enfrentou o exército francês comandado pelo Senhor Soult. O exército francês foi obrigado a retirar e o cerco a Badajoz foi mantido. Esta batalha tem uma ligação directa com o resultado das linhas de torres que se travaram na região de Sobral de Monte Agraço; _____
- Saint-Quentin, França, que se situa a 85 km a leste de d'Amiens, 110 km a sul de Lille, e 150 km a Nordeste de Paris. Esta localidade tem edificada uma basílica de estilo Gótico que foi edificada entre o séc. XII e o XIV sobre o lugar de sepultura do mártire Santo Quintino. Dado o nome da maior freguesia do nosso concelho e do principal edifício histórico que temos no concelho e a raridade do culto a este santo mártire em Portugal, há um interesse muito forte, que justifica o estabelecimento destes laços de geminação internacional. _____

____ Sobral de Monte Agraço, 30 de Junho de 2015 _____

____ Do Grupo Municipal do PPD/PSD” _____

____ Relativamente à moção acima apresentada o Senhor Presidente informou que a mesma terá de ser enviada à Câmara Municipal para que o executivo proceda à sua análise. _____

____ Colocada à votação a moção apresentada pela bancada do PPD/PSD foi a mesma aprovada, por unanimidade. _____

____ Neste momento, quando eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, entrou na sala o membro Joaquim Ribeiro. _____

____ Neste momento, quando eram vinte e uma horas e quarenta e oito minutos, entraram na sala os membros André Lourenço, Nuno Fortes e Albertina Gaspar. _____

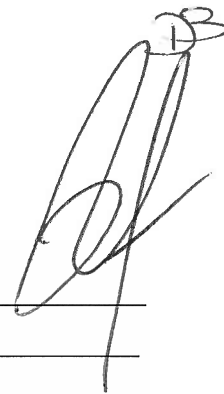
____ Foi, ainda, apresentada uma segunda moção pela bancada do PPD/PSD através da membro Elsa Penedo, a qual se passa a transcrever: _____

____ **“Moção** _____

____ **Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na vida local** _____

____ Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e membros da respetiva mesa _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



____ Ex.mo Senhor Presidente da Camara Municipal e Srs. Vereadores _____

____ Ex.mos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia _____

____ Caros Membros da Assembleia Municipal Caras Senhoras e Senhores _____

____ A **Associação Nacional de Municípios Portugueses**, aderiu à "Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local", _____
e por seu intermédio muitos municípios portugueses já tiveram a iniciativa de aderir a esta carta de princípios fundamentais, _____
até à data o concelho de Sobral de Monte Agraço não constava na lista dos concelhos que aderiram. _____

____ **Relembramos que:** _____

____ O papel das coletividades locais e regionais na promoção da igualdade dos sexos foi afirmado na Declaração Mundial da IULA (União Internacional das Autoridades e Poderes Locais) sobre «as mulheres no governo local», adotada em 1998. _____

e ainda que: _____

a nova organização mundial, **Cidades e Governos Locais Unidos**, também fez da igualdade das mulheres e dos homens um dos seus principais objetivos. _____

____ Segundo o **Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, representando as coletividades locais e regionais**, _____

____ E passo a citar: _____

____ "**Lembrando** que a Comunidade Europeia e a União se baseiam no respeito das liberdades e dos direitos fundamentais, o que inclui a promoção da igualdade das mulheres e dos homens e que a legislação europeia constituiu a base dos progressos conquistados neste domínio na Europa; _____

____ **Lembrando** o quadro jurídico internacional dos direitos humanos das Nações Unidas e, em particular, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, adotada em 1979; _____

____ **Realçando** o contributo capital do Conselho da Europa para a promoção da igualdade das mulheres e dos homens e para a autonomia local; _____

____ **Considerando** que a igualdade das mulheres e dos homens implica a vontade de intervenção nos três aspetos complementares da sua realização, isto é, sobre a **eliminação das desigualdades diretas, erradicação das desigualdades indiretas e, elaboração de uma envolvente política, jurídica e social favorável ao desenvolvimento pró-ativo de uma democracia igualitária**; _____

____ **Lamentando** o desfasamento persistente entre o reconhecimento, do direito à igualdade e a sua aplicação real e efetiva; _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



___ **Considerando** que na Europa as coletividades locais e regionais devem ter um papel crucial para os residentes e os cidadãos na implementação do direito à igualdade, principalmente o das mulheres e dos homens, em todos os domínios que são da sua responsabilidade; _____

___ **Considerando** que uma participação e uma representação equilibrada das mulheres e dos homens na tomada de decisões e nos cargos de direção é capital para a democracia; _____

___ **Buscando** inspiração para a nossa ação na **Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminações contra as mulheres de 1979**, na **Declaração de Pequim** e na **Plataforma para a ação das Nações Unidas de 1995**, nas **Resoluções da 23ª Sessão Especial da Assembleia - geral de 2000 (Pequim + 5)**, na **Carta dos direitos fundamentais da União Europeia**, na **Recomendação do Conselho de Dezembro de 1996 relativo a participação equilibrada das mulheres e dos homens na tomada de decisões** e, na **Declaração mundial da União internacional das cidades e poderes locais de 1998** versando sobre as mulheres no governo local; _____

___ **Desejando realçar o 25º aniversário da entrada em vigor, em Setembro de 1981, da Convenção sobre a eliminação de todas as discriminações contra as mulheres das Nações Unidas.**" _____

___ **Redigiu esta Carta europeia para a igualdade das mulheres e dos homens na vida local** e exorta as coletividades locais e regionais da Europa a subscreve-la e a implementá-la." _

___ Propomos que o nosso Município se associe a esta iniciativa, num momento em que constatamos que o respeito na interação entre os géneros deve ser retomado, de modo a que não se continuem a presenciar episódios degradantes de agressão verbal e física entre cidadãos de uma mesma sociedade, _____

___ Contribuindo assim para uma melhoria de entendimento entre os géneros no intuito da promoção do respeito mútuo. _____

___ Sobral de Monte Agraço, 30 de Junho de 2015 _____

___ Do Grupo Municipal do PPD/PSD" _____

___ O Senhor Presidente esclareceu que à semelhança da primeira moção apresentada, também a presente deverá ser enviada à Câmara Municipal para análise. _____

___ Colocada à votação a moção apresentada pela bancada do PPD/PSD foi a mesma aprovada, por unanimidade. _____

___ O membro Duarte Pacheco relativamente às duas moções apresentadas disse que mais do que as enviar para a Câmara Municipal para análise, deve recomendá-las. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ O Senhor Presidente na sequência da intervenção proferida pelo membro Duarte Pacheco transmitiu que quando diz que é para análise é mesmo para análise, na medida em que o conteúdo das moções apresentadas não é da competência da Assembleia Municipal. _____

____ Seguidamente, o membro Rui Corado, informou que a bancada do PS gostaria de apresentar uma proposta de voto de parabéns, a qual a seguir se transcreve: _____

____ “À Mesa da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço _____

____ **Proposta** _____

____ Os membros eleitos pelo Partido Socialista na A. Municipal de Sobral de Monte Agraço propõem o envio, em nome da Assembleia Municipal, de um voto de Parabéns, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sobral de Monte Agraço, que no próximo dia 7 de Julho comemora 102 anos. _____

____ Manifestamos assim o nosso reconhecimento à mais antiga Associação do Concelho, pela sua presença, desempenho, empenhamento e missão, na defesa dos nobres valores de carácter humanitário que regem a sua actuação. _____

____ Sobral de Monte Agraço, 30 de Junho 2015” _____

____ Colocado à votação o voto de parabéns apresentado pela bancada do PS foi o mesmo aprovado, por unanimidade. _____

____ Foi, ainda, apresentado um requerimento pela bancada do PS, através do membro Rui Corado, o qual se transcreve: _____

____ **“Requerimento** _____

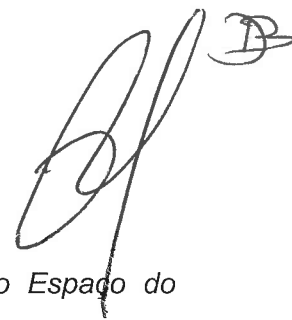
____ **Lojas do Cidadão, no âmbito da Estratégia para a Reorganização dos Serviços de Atendimento da Administração Pública** _____

____ (aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 55-A/2014 de 15-09-2014) _____

____ Os deputados do PS requereram na última sessão ordinária de Assembleia Municipal, realizada em 17 de abril de 2015, informação no âmbito do protocolo para a abertura de um Espaço do Cidadão na freguesia da Sapataria, verificando-se que a mesma não foi disponibilizada até à presente data. _____

____ Assim, e sem prejuízo da confirmação sobre a assinatura do referido protocolo no passado dia 29 de abril, entre o executivo e a Agência para a Modernização Administrativa, AMA, I.P., constante da informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, constante da ordem do dia da presente reunião, os deputados do PS reiteram o pedido de informação, solicitando: _____

- Cópia do protocolo celebrado com a Agência para a Modernização Administrativa, AMA, I.P., para implementação de um Espaço do Cidadão na Freguesia da Sapataria; _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

- Informação de quais os serviços públicos previstos para funcionarem no Espaço do Cidadão, no âmbito do "atendimento digital assistido"; _____
- Informação sobre os termos financeiros acordados. _____

____ Os deputados do Partido Socialista" _____

____ **Ordem do Dia:** _____

____ Seguidamente o Senhor Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Assembleia Municipal para proceder à leitura da ordem do dia para a presente sessão, da qual constam os seguintes pontos: _____

____ **Ponto Um:** Aprovação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 17 de abril de 2015; _____

____ **Ponto Dois:** Aprovação da ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada a 24 de abril de 2015; _____

____ **Ponto Três:** Apreciação de uma informação do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, nos termos do disposto na al. c), do n.º 2, do art. 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____

____ **Ponto Quatro:** Aprovação da 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento de 2015; _____

____ **Ponto Cinco:** Discussão e votação do Documento de Consolidação de Contas – Município de Sobral de Monte Agraço/MONTEGES, EM; _____

____ **Ponto Seis:** Contabilização da Contribuição dos Municípios para o Capital do FAM – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício; _____

____ **Ponto Sete:** Autorização para assunção de compromissos plurianuais – al. c), do n.º 1 do art. 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) Acordo Águas do Oeste, SA; _____

____ **Ponto Oito:** Prorrogação do Prazo – Procedimento Concursal - Técnico Superior de Educação Física e Desporto; _____

____ **Ponto Nove:** Discussão e votação do Regulamento Municipal do Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT); _____

____ **Ponto Dez:** Discussão e votação do Regulamento da Piscina Municipal de Sobral de Monte Agraço; _____

____ **Ponto Onze:** Discussão e votação do Regulamento Municipal de Transportes Escolares e Cedência de Viaturas do Município de Sobral de Monte Agraço; _____

____ **Ponto Doze:** ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES (RHLT) – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras – Declaração de Nulidade de Deliberações; _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



13

____ **Ponto Treze:** ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES (RHLT) – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras – Participação do Município; _____

____ **Ponto Catorze:** Alteração dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Oeste; _____

____ **Ponto Quinze:** Discussão do Relatório da Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição – al. h), do n.º 2 do art. 25.º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____

____ **Ponto Dezasseis:** Outros assuntos de interesse do Município. _____

____ Neste momento, quando eram vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos, entrou na sala o membro Fernando Lopes. _____

____ Seguiu-se o Ponto Número Um. _____

____ **Aprovação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 17 de abril de 2015** _____

____ O membro Artur Costa alertou para um lapso existente na página nove da ata, nomeadamente onde se lê: "(...) o membro Rui Corado, informou que a bancada do PPD/PSD (...)", deveria ler-se "(...) o membro Rui Corado, informou que a bancada do PS (...)". Também a membro Cláudia Joaquim mencionou uma "gralha" existente na página dezoito, onde se lê "(...) espalhados nos documentos.", deverá ler-se "(...) espelhados nos documentos". _____

____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos membros Albertina Gaspar (CDU), Elsa Penedo (PPD/PSD) e Duarte Pacheco (PPD/PSD), aprovar, depois de lida em voz alta, a referida ata. Os membros que se abstiveram invocaram o facto de não terem estado presentes na sessão da Assembleia a que a referida ata respeitava. _

____ Seguiu-se o Ponto Número Dois. _____

____ **Aprovação da ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada a 24 de abril de 2015;** _____

____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos membros Albertina Gaspar (CDU), Cláudia Joaquim (PS) e Elsa Penedo (PPD/PSD), aprovar, depois de lida em voz alta, a referida ata. Os membros que se abstiveram invocaram o facto de não terem estado presentes na sessão da Assembleia a que a referida ata respeitava. _____

____ Seguiu-se o Ponto Número Três _____

____ **Apreciação de uma informação do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, nos termos do disposto na al. c), do n.º 2, do art. 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.** _____

____ Previamente à leitura da informação, o Senhor Presidente da Câmara, com a anuência do Senhor Presidente, e no que concerne à moção apresentada sobre a Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na vida local, pela bancada do PS, informou os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



presentes que o Município de Sobral de Monte Agraço integrou, em 2011, o Projeto Oeste Mais Igualdade, projeto promovido pela Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCIM), no qual se prevê a execução de um conjunto de ações (de diagnóstico, de sensibilização e de formação) que conduzam à promoção da Igualdade de Género. Informou ainda que o Plano Municipal para a Igualdade (PMI) consubstancia um compromisso com a promoção da Igualdade e com a promoção da qualidade de vida de mulheres e de homens a nível local. _____

____ **“INFORMAÇÃO DO EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA AL. C), DO N.º 2, DO ART. 25.º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** _____

____ **ASSINATURA DE PROTOCOLO DO PROGRAMA APROXIMAR – ESPAÇO DO CIDADÃO DE SAPATARIA** _____

____ No passado dia 29 de abril, o Município assinou, com o Ministério do Desenvolvimento Regional, numa cerimónia em Leiria, o memorando de adesão do Município ao Programa Aproximar. Nesta sessão foi ainda assinado um protocolo com a Agência para a Modernização Administrativa, AMA, I.P., para formalizar a implementação de um Espaço do Cidadão na Freguesia de Sapataria. _____

____ Este Espaço do Cidadão vai permitir disponibilizar um conjunto diversificado de serviços no âmbito do atendimento digital assistido, no edifício da Junta de Freguesia de Sapataria. _____

____ A Freguesia de Sapataria, com o apoio técnico do Município, efetuou as necessárias adaptações no espaço, adequando-o aos requisitos técnicos necessários para o funcionamento do Espaço do Cidadão. Os recursos humanos afetos a este serviço, bem como os consumíveis, são da responsabilidade da Junta de Freguesia, prevendo-se a abertura para a primeira quinzena de julho. _____

____ **CLUSTER AGROINDUSTRIAL** _____

____ Decorreu no dia 23 de abril a sessão pública de apresentação do projeto de criação de um Cluster Agroindustrial. _____

____ Este projeto tem como principal objetivo criar uma plataforma de desenvolvimento no setor agroindustrial, designadamente, nas fileiras da vinha, carne, leite, pão e produção florestal, numa parceria com o Município de Arruda dos Vinhos. _____

____ Pretende-se, assim, criar uma estrutura que aposte na inovação, conhecimento e desenvolvimento económico, através da valorização das empresas e do território. _____

____ **OBRA DE SANEAMENTO** _____

____ Prolongamento da rede de saneamento de águas residuais na Zona Industrial de Sobral, com a colocação de aproximadamente 500 metros de conduta e ligação ao emissário das Águas do Oeste. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



REPAVIMENTAÇÃO EM CASAIS DE SÃO MARTINHO

Com vista a melhorar as condições de circulação na Rua de São Martinho, esta via foi repavimentada.

MUNICÍPIO ASSEGURA O TRANSPORTE AOS UTENTES DO CENTRO DE SAÚDE DE SAPATARIA

Na sequência do incêndio ocorrido nas instalações da Extensão do Centro de Saúde de Sapataria, o Município de Sobral de Monte Agraço assegura, temporariamente, em dias úteis, o transporte dos munícipes da freguesia de Sapataria até ao Centro de Saúde de Sobral, para que estes possam usufruir de consultas médicas e de cuidados básicos de saúde.

No que concerne à obra de recuperação deste espaço, a ARSLVT comunicou ao Município que se estão a desenvolver os procedimentos legais, para a resolução deste constrangimento.

REFORMULAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Decorre, na Rua Manuel Pedro Cardoso, no parque de estacionamento e zona envolvente, a obra de substituição da rede de iluminação pública aérea por um sistema de rede subterrânea. Esta intervenção, tem como objetivos, por um lado, a otimização da iluminação pública da área intervencionada, através da substituição das luminárias, e por outro, a redução de obstáculos na via pública e consequente aumento da área pedonal.

Uma parte significativa desta obra é efetuada por administração direta, contribuindo também para a melhoria global do ambiente urbano nesta zona da vila de Sobral.

FESTAS E FEIRA DE VERÃO 2015

O Município enquanto entidade responsável pela promoção e organização das Festas e Feira de Verão promoveu uma reunião, no passado dia 25 de maio, com os representantes das associações do concelho com vista a apresentar as linhas gerais das Festas e Feira de Verão de 2015. Neste encontro salientou-se a vontade do Município em envolver o movimento associativo na dinâmica das festas. Houve também oportunidade para a definição de estratégias que, numa lógica de parceria, possibilitem a integração das associações nos eventos a realizar.

No dia 19 de junho, realizou-se uma reunião com comerciantes e empresários do concelho, com vista a apresentar o formato das festas e a debater estratégias que visem o reforço das parcerias com o tecido empresarial. Neste sentido, foram divulgadas e discutidas formas de apoio, patrocínio e de publicidade que estarão à disposição das empresas que se queiram associar às Festas e Feira de Verão.

Destacou-se a importância do trabalho em articulação, na certeza que o sucesso das Festas e Feira de Verão se traduzirá numa efetiva mais-valia para a promoção do concelho e para a dinamização da economia local.

VEÍCULO ELÉTRICO MOOVE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ O Projeto-piloto MOOVE Oeste Portugal está a ser desenvolvido com o apoio da OesteSustentável (Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste) e consiste em disponibilizar, nos vários concelhos, um veículo elétrico, abastecido através de um sistema solar-fotovoltaico. Em Sobral de Monte Agraço, o veículo encontra-se disponível desde o dia 23 de junho. _____

____ **PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO “SMART CITY BUSINESS AMERICA - CONGRESS & EXPO”** _____

____ O Município participou no “Smart City Business America - Congress & Expo” que decorreu em Curitiba, no Brasil, entre 19 e 21 de maio, numa comitiva constituída pelos presidentes de câmara dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Oeste – Oestecim e representantes da CCDDR Centro, designadamente, a Prof.^a Ana Abrunhosa e Dra. Isabel Damasceno. _____

____ Neste encontro, para além de serem discutidos os principais problemas das cidades, verificou-se a partilha de diferentes visões e soluções, no que diz respeito ao meio ambiente e à mobilidade urbana. Foram, ainda, apresentadas novas tecnologias e tendências para tornar as cidades mais sustentáveis com uma visão integrada e inovadora. _____

____ Sobral Monte Agraço, 24 de junho de 2015 _____

____ O Presidente da Câmara, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º _____

____ Anexa à informação transcrita, foi também disponibilizada informação financeira, informação das atividades dos serviços e relatório de execução do PAEL. _____

____ Seguiu-se o Ponto Número Quatro. _____

____ **Aprovação da 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento de 2015** _____

____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 24 de junho de 2015, relativa ao assunto em epígrafe: _____

____ **“CERTIDÃO n.º 33/2015** _____

____ Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 15 de junho de 2015, consta uma deliberação do seguinte teor: _____

____ **“III - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

____ **1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

____ **III - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

____ **1.3 – 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento de 2015** _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



____ **Deliberação:** A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção da “Coligação Juntos pela Nossa Terra”, aprovar a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015, nos termos e para os efeitos alínea c), do número 1, do artigo 33.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro. _____

Mais deliberou submeter a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a), do número 1, do artigo 25.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Sobral de Monte Agraço”. _____

____ Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços. _____

____ Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 24 de junho de 2015. _____

____ A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite” _____

____ Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: _____

____ **“Proposta** _____

____ **Aprovação da 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento de 2015** _____

____ **Considerando que:** _____

- a) Nos termos do disposto na al. c) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal as Opções do Plano e a proposta de Orçamento, assim como as respetivas revisões; _____
- b) Nos termos do disposto na al. a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovar as Opções do Plano e a proposta de Orçamento, bem como as respetivas revisões; _____
- c) Foi elaborada a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento, relativa ao ano de 2015, conforme documento anexo à presente proposta da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos; _____
- d) A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, na sua reunião ordinária de 15 de junho, aprovou, por maioria, com um voto contra do Vereador da Coligação Juntos pela Nossa Terra, a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015, nos termos e para os efeitos al. c) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; _____
- e) Mais deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto na al. c) do n.º 1 do art. 33.º e al. a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015 do Município de Sobral de Monte Agraço. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



____ Propõe-se que: _____

____ 1 - A Assembleia Municipal aprove, nos termos e para os efeitos do disposto na al. a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano, para o ano de 2015, do Município de Sobral de Monte Agraço. _____

____ 2 - A Assembleia Municipal aprove, nos termos e para os efeitos do disposto na al. a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1.ª Revisão ao Orçamento de 2015 do Município de Sobral de Monte Agraço. _____

____ Sobral de Monte Agraço, 18 de junho de 2015 _____

____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.” _

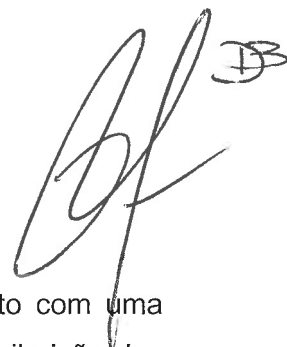
____ O membro Nuno Fortes, relativamente ao ponto em discussão, disse que da análise efetuada pode constatar-se um aumento do saldo na ordem dos 290 mil euros, assim como um reforço em 34% nas GOP e de 66% no Orçamento. De seguida, colocou algumas questões, nomeadamente, na revisão n.º 1 ao Orçamento da despesa para o ano económico de 2015, tendo questionado a que se referem todas as rubricas com a denominação “outros”, a razão pela qual o Fundo de Apoio Municipal (FAM) tem na sua rubrica a dotação de apenas um euro e porque não vem inscrita a autorização para a assunção de compromissos. _____

____ Neste momento quando eram vinte e duas horas e cinco minutos entrou na sala o Senhor Vice-Presidente. _____

____ O Senhor Presidente da Câmara na sequência da intervenção do membro Nuno Fortes esclareceu a que se refere cada rubrica “outros” a saber: 0102 010302 – faturas da ADSE Administração Autárquica; 0102 020121 – reforço para acerto de rubricas; 0102 02022003 – reforço dos ROC's, Eletricista, AIRC manutenção; 0102 02022505 – reforço sonorização, refeições; 0102 0602030599 – Asibel; 0102 070115 – GPS; 02 010302 – ADSE DAF; 02 02022003 - AIRC manutenção; 03 010302 ADSE DOUA; 03 02010299 - óleos e gás; 03 020208 – aluguer de máquinas; 03 02022003 reforço AIRC manutenção, Litho, Agroleico, metalizações; 03 07011002 – contadores de água; 04 010302 – ADSE DECAS; 04 02022003 – reforço carpintaria festas, boletim, feira das tasquinhas e CILT; 04 02022505 – festas reforço; 04 0602030599 – direitos de autor, torneios, piscinas, bilheteira on-line, bolsa de monitores, certificados de transporte; 04 07011002 – viaturas DECAS; 04 070115 – portão, vedação, parque urbano das bandorreiras. _____

____ O Senhor Presidente da Câmara, ainda no âmbito das questões colocadas pelo membro Nuno Fortes, esclareceu que a autorização para a assunção de compromissos plurianuais é anual, estando válida, visto já ter sido pedida aquando da aprovação dos documentos previsionais. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



____ O membro Nuno Fortes perguntou o porquê do FAM constar no Orçamento com uma rubrica de um euro e de no ponto seis da ordem do dia – “Contabilização da Contribuição dos Municípios para o Capital do FAM – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício” contemplar 45 mil euros. _____

____ O Senhor Presidente da Câmara informou que aquando da inscrição da rubrica não se sabia valores, apenas que teria de estar aberta. _____

____ O membro Duarte Pacheco começou a sua intervenção por referir que algumas das questões que pretendia ver esclarecidas, já o foram. Continuou dizendo que quando os valores triplicam deve ser dada uma explicação, exemplificando com as obras – “reparações” que passam de uma dotação de vinte e um mil euros para setenta mil euros. Por último chamou a atenção para dois valores existentes nas GOP, designadamente a verba relativa às Juntas de Freguesia - remodelação de edifícios e o reforço da verba em 50% dos equipamentos de apoio às atividades, perguntando a que se referem em concreto. _____

____ O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o reforço da rubrica relativa à remodelação de edifícios se destina a obras de intervenção e reparação no Edifício dos Paços do Concelho, na medida em que este se encontra com muitas infiltrações, não estando esse valor destinado às Juntas de Freguesia. No que se refere ao reforço da verba relativa a equipamentos, esta destina-se ao pavilhão multisserviços, tendo informado que a primeira fase do pavilhão se encontra concluída e totalmente paga, aguardando-se a efetivação do apoio financeiro por parte do Programa Operacional da Região Centro - Mais Centro. _____

____ A Dra. Manuela Castro, com a anuência do Senhor Presidente, esclareceu que apenas no passado mês de maio o SATAPOCAL fez sair uma circular com informação sobre os procedimentos a adotar relativamente à contabilização da contribuição dos Municípios para o capital do FAM e que este documento técnico chegou ao conhecimento depois do fecho das contas relativas ao exercício de 2014, motivo pelo qual foi impossível efetuar o reconhecimento contabilístico da contribuição. _____

____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com três votos contra, sendo dois do PPD/PSD e um do CDS/PP, e quatro abstenções, sendo as quatro do PS, nos termos e para os efeitos do disposto na al. a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano, para o ano de 2015, do Município de Sobral de Monte Agraço. _____

____ Mais deliberou, por maioria, com três votos contra, sendo dois do PPD/PSD e um do CDS/PP, e quatro abstenções, sendo as quatro do PS, nos termos e para os efeitos do disposto na al. a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1.ª Revisão ao Orçamento de 2015 do Município de Sobral de Monte Agraço. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



____ Seguiu-se o Ponto Número Cinco _____

____ **Discussão e votação do Documento de Consolidação de Contas – Município de Sobral de Monte Agraço/MONTEGES, EM** _____

____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 24 de junho de 2015, relativa ao assunto em epígrafe: _____

____ **CERTIDÃO n.º 34/2015** _____

____ *Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 15 de junho de 2015, consta uma deliberação do seguinte teor:* _____

____ **“III - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

____ **UM. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

____ **1.2 - Documento de Consolidação de Contas – Município/MONTEGES, EM** _____

____ **Deliberação:** *A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar o documento relativo à consolidação das contas do Município e da empresa Municipal MONTEGES, EM – em liquidação, de acordo com o disposto no artigo 75.º e 76.º, número 2 da Lei 73/2013, de 3 de setembro - Lei das Finanças Locais e da Portaria número 474/2010, de 01 de julho, por remissão da nota explicativa da consolidação de contas pelos Municípios – instruções para o exercício de 2014, documento que se anexa à presente deliberação dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos.* _____

____ *Deliberou, ainda, submeter o documento de consolidação de contas à Assembleia Municipal para apreciação e votação de acordo com o disposto no artigo 76.º, número 2 da Lei 73/2013, de 3 de setembro.* _____

____ *Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços.* _____

____ *Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 24 de junho de 2015.* _____

____ *A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite.”* _____

____ *Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:* _____

____ **Discussão e votação do Documento de Consolidação de Contas – Município de Sobral de Monte Agraço/MONTEGES, EM** _____

____ **“Proposta** _____

____ **Considerando que:** _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



- a) Refere o n.º 1 do art. 75.º da Lei das Finanças Locais que: *"sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas"*; _____
- b) Na falta de definição no POCAL dos procedimentos contabilísticos para a consolidação de contas, foi publicada, em maio de 2015, a nota explicativa da DGAL – SATAPOCAL sob o título: *"Nota Explicativa Consolidação de Contas pelos Municípios – Instruções para o exercício de 2014"*, sendo que, para além de determinados aspetos específicos, se verifica uma remissão para a Portaria 474/2010, de 01 de julho e Orientação n.º 1/2010 da DGAL;
- c) Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, conforme estipulado no n.º 2 d art. 76.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro; _____
- d) A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, na sua reunião ordinária de 15 de junho de 2015, aprovou o documento relativo à consolidação das contas do Município e da empresa Municipal MONTEGES, EM – em liquidação, de acordo com o disposto no art. 75.º e 76.º, n.º 2, da Lei 73/2013, de 3 de setembro - Lei das Finanças Locais e da Portaria 474/2010, de 01 de julho, por remissão da nota explicativa da consolidação de contas pelos Municípios – instruções para o exercício de 2014, documento que se anexa à deliberação dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos. _____
- e) Mais deliberou, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o documento de consolidação de contas para apreciação e votação de acordo com o disposto nos diplomas supra referenciados. _____

Propõe-se: _____

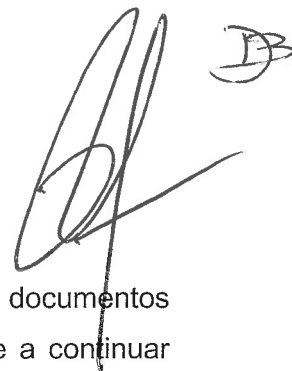
_____ A Assembleia Municipal aprove o documento relativo à consolidação das contas do Município e da empresa Municipal MONTEGES, EM, de acordo com o disposto no art. 75.º e 76.º, n.º 2, da Lei 73/2013, de 3 de setembro - Lei das Finanças Locais e da Portaria 474/2010, de 01 de julho, por remissão da nota explicativa da consolidação de contas pelos Municípios – instruções para o exercício de 2014, documento que se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos e que se mantém atualmente em vigor face à ausência de qualquer outra publicação. _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 18 de junho de 2015 _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr." _____

_____ O membro Duarte Pacheco, sobre o ponto em discussão, mencionou que mais do que dúvidas ou perguntas, apenas se vai cingir a factos, indicando que este ponto é um ato a que lei obriga, visto que a empresa ainda não foi extinta, pelo que continua a ter existência jurídica.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



Concluiu dizendo que se encontra preocupado com o que já vinha espelhado nos documentos de prestação de contas, designadamente os elevados prejuízos, sublinhando que a continuar assim dentro de algum tempo estar-se-á em falência técnica. _____

____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com três votos contra, sendo dois do PPD/PSD e um do CDS/PP, aprovar o documento relativo à consolidação das contas do Município e da empresa Municipal MONTEGES, EM, de acordo com o disposto no art. 75.º e 76.º, n.º 2, da Lei 73/2013, de 3 de setembro - Lei das Finanças Locais e da Portaria 474/2010, de 01 de julho, por remissão da nota explicativa da consolidação de contas pelos Municípios – instruções para o exercício de 2014, documento que se anexa à presente deliberação dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos e que se mantém atualmente em vigor face à ausência de qualquer outra publicação. _____

____ Seguiu-se o Ponto Número Seis _____

____ **Contabilização da Contribuição dos Municípios para o Capital do FAM – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício** _____

____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 24 de junho de 2015, relativa ao assunto em epígrafe: _____

____ **CERTIDÃO n.º 35/2015** _____

____ *Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 15 de junho de 2015, consta uma deliberação do seguinte teor:* _____

____ **“III - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

____ **UM. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

____ **1.1 - Contabilização da Contribuição dos Municípios para o Capital do FAM** _____

____ **Deliberação:** A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i), do número 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com as orientações vertidas, pela DGAL – SATAPOCAL, no esclarecimento à nota explicativa no âmbito da contabilização da contribuição dos Municípios para o capital do FAM, o anexo ao Relatório de Gestão designado como “factos relevantes ocorridos após o fecho de contas”, conforme documento anexo à presente deliberação, dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos. _____

____ Mais deliberou, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal o anexo ao Relatório de Gestão designado como factos relevantes ocorridos após o fecho de contas, de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



acordo com o estipulado na alínea l), do número 2, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Delibere, ainda, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea ww), do número 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro e das Orientações Técnicas melhor identificadas no número 1 da presente proposta, remeter o documento ao Tribunal de Contas, à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção Geral das Autarquias Locais". _____

_____ Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços. _____

_____ Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 24 de junho de 2015. _____

_____ A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite" _____

_____ Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: _____

_____ **"Proposta** _____

_____ **"Contabilização da Contribuição dos Municípios para o Capital do FAM - Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício** _____

_____ **Considerando que:** _____

- a) A Lei 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal, tendo ainda regulamentado o Fundo de Apoio Municipal (FAM), sendo que nos termos do art. 17.º, n.º 1, o capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e a realizar pelo Estado e pelos Municípios; _____
- b) Em maio de 2015 a DGAL – SATAPOCAL, emitiu um "esclarecimento à nota explicativa no âmbito da contabilização da contribuição dos Municípios para o capital do FAM, nos termos da qual se verifica que: *"em caso de manifesta impossibilidade de efetuar o reconhecimento contabilístico no ano de 2014, decorrente da conclusão dos procedimentos de encerramento de contas, os municípios deverão reconhecer o facto no anexo ao Relatório de Gestão, designado para o efeito como Factos relevantes ocorridos após o Fecho de Contas. Este anexo deverá ser aprovado pelo órgão executivo e apreciado pelo órgão deliberativo, devendo ser dado conhecimento da mesma às entidades fiscalizadoras (Inspeção-Geral de Finanças e Tribunal de Contas) e à Direção-Geral das Autarquias Locais."*; _____
- c) Os documentos de prestação de contas do exercício de 2014 já se encontravam elaborados e aprovados à data da publicação da DGAL, razão pela qual o reconhecimento do valor a subscrever para o FAM, terá de ocorrer segundo as indicações da DGAL, ou seja, através de anexo ao Relatório de Gestão designado *"Factos Relevantes ocorridos após o Fecho de Contas"*; _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



- d) Nos termos do disposto na al. j) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao Presidente da Câmara submeter à aprovação da Câmara Municipal e à apreciação e votação da Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas; _____
- e) Nos termos da al. i) do n.º 1 do art. 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo; _____
- f) A Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 15 de junho de 2015, deliberou, por unanimidade, nos termos e para os efeitos do disposto na al. i) do n.º 1 do art. 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com as orientações vertidas, pela DGAL – SATAPOCAL, no esclarecimento à nota explicativa no âmbito da contabilização da contribuição dos Municípios para o capital do FAM, o anexo ao Relatório de Gestão designado como “factos relevantes ocorridos após o fecho de contas”, conforme documento anexo à presente proposta, dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos; _____
- g) Deliberou, ainda, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal o anexo ao Relatório de Gestão designado como factos relevantes ocorridos após o fecho de contas, de acordo com o estipulado na al. l), do n.º 2, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- h) Deliberou, também, nos termos e para os efeitos do disposto na al. ww) do n.º 1 do art. 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e das Orientações Técnicas melhor identificadas no n.º 1 da presente proposta, remeter o documento ao Tribunal de Contas, à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção Geral das Autarquias Locais. _____

Propõe-se que: _____

_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, aprove, nos termos e para os efeitos do disposto na al. l), do n.º 2, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com as orientações emitidas, pela DGAL – SATAPOCAL, no esclarecimento à nota explicativa no âmbito da contabilização da contribuição dos Municípios para o capital do FAM, o anexo ao Relatório de Gestão designado como “factos relevantes ocorridos após o fecho de contas”, conforme documento anexo à presente proposta, dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos. _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 18 de junho de 2015 _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.” _____

_____ O membro Fernando Lopes disse que gostaria de manifestar um sentimento de injustiça perante o FAM, na medida em que existe todo um conjunto de Municípios, no qual está incluído

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



o Município de Sobral de Monte Agraço, que fazem um esforço constante para gerir de forma racional as suas contas e de não fazer coisas de “encher o olho”, para depois ajudar quem não teve esse cuidado e essa preocupação. _____

_____ O membro Duarte Pacheco disse que a intervenção do membro Fernando Lopes o fez lembrar as palavras do Dr. Nuno Amado relativamente aos Fundos de Resolução e a posição dos países nórdicos relativamente à sua contribuição para o Fundo Europeu. Referiu ainda que, deveria ser do conhecimento de todos o princípio da solidariedade entre os Municípios, estando este princípio subjacente ao FAM. Com este programa haverá, certamente, uma maior atenção para determinados comportamentos e determinadas formas de gestão, na medida em que isso vai trazer consequências futuras para todos os Municípios. Ainda a este propósito, lembrou que o Município teve de recorrer a um programa nacional – PAEL -, numa altura em que teve dificuldades em pagar a fornecedores. Concluiu dizendo que, o FAM é financiado em parte com dinheiro do Estado Central e, em parte com a contribuição dos Municípios, sendo, na sua opinião, positiva a existência deste tipo de fundos, obviamente na expectativa do Município nunca vir a precisar dele. _____

_____ O Senhor Presidente disse compreender as duas posições apresentadas, no entanto não se pode esquecer que a autarquia do Sobral não pode inspecionar outras autarquias, mas o Governo pode. _____

_____ O membro Fernando Lopes mencionou que compreende que seja necessária a existência de solidariedade, mas sabendo o que se passa em algumas autarquias não se pode ter um sentimento ambíguo face à questão. _____

_____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e para os efeitos do disposto na al. I), do n.º 2, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com as orientações emitidas, pela DGAL – SATAPOCAL, no esclarecimento à nota explicativa no âmbito da contabilização da contribuição dos Municípios para o capital do FAM, o anexo ao Relatório de Gestão designado como “factos relevantes ocorridos após o fecho de contas”, conforme documento anexo à presente deliberação, dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos.

_____ Seguiu-se o Ponto Número Sete _____

_____ **Autorização para assunção de compromissos plurianuais – al. c), do n.º 1 do art. 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) Acordo Águas do Oeste, SA** _____

_____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 24 de junho de 2015, relativa ao assunto em epígrafe: _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



CERTIDÃO n.º 36/2015

Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 15 de junho de 2015, consta uma deliberação do seguinte teor:

“III - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

UM. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1.8 - Autorização para assunção de compromissos plurianuais - alínea c), número 1, do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21/02 (LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) - Acordo com a Águas do Oeste SA

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, submeter à autorização da Assembleia Municipal a plurianualidade dos encargos resultantes do acordo com a Águas do Oeste, SA, conforme documento anexo à presente deliberação da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, nos termos do disposto na alínea ccc), do número 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e alínea c), do número 1, do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação”.

Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços.

Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 24 de junho de 2015.

A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite”

Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

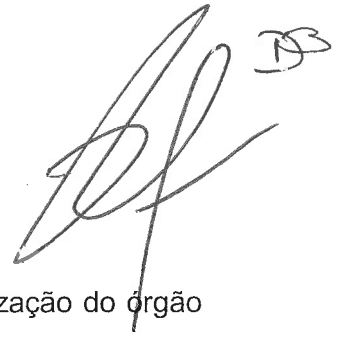
“ Proposta

Autorização para assunção de compromissos plurianuais – al. c), do n.º 1 do art. 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) Acordo Águas do Oeste, SA

Considerando que:

- a) A Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, também designada LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, define as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. Este diploma legal aplica-se às Autarquias Locais, de acordo com o disposto no seu art. 2.º, n.º 2, sendo que, a LCPA foi posteriormente regulamentada pelo DL 127/2012, de 21 de junho;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



- b) Nos termos do disposto no art. 6.º, n.º 1, al. c) da LCPA carece de autorização do órgão deliberativo a assunção de compromissos plurianuais, podendo esta autorização prévia do órgão deliberativo assumir caráter genérico, conjunto ou individual; _____
- c) Por deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2014, foram aprovados os documentos previsionais para 2015, nos quais se encontrava prevista a assunção de um compromisso plurianual relativamente a Aquisição de Bens – águas e prestação de serviços – saneamento, estando estas despesas repartidas e imputadas a compromissos futuros, designadamente, e para além do ano de 2015, dos anos de 2016, 2017 e 2018 (doc. 1 em anexo); _____
- d) O Município tem para com a Águas do Oeste, SA um valor em dívida relativo a águas e saneamento, relativamente ao qual foi proposto por esta entidade um acordo de pagamento (doc. 2 em anexo). Este acordo, implica a assunção de pagamentos plurianuais que vão para além da autorização concedida aquando da aprovação das GOP, ou seja, no acordo que se pretende firmar, os pagamentos terão lugar entre os anos de 2015 e 2020 e a autorização da Assembleia Municipal apenas permite até 2018; _____
- e) O alargamento do prazo que deriva da proposta da Águas do Oeste, SA implica autorização prévia e específica do órgão deliberativo, mesmo tendo presente que o valor total do acordo é coincidente com o valor previsto nas Grandes Opções do Plano; _____
- f) A Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 15 de junho de 2015, deliberou por unanimidade, submeter à autorização da Assembleia Municipal a plurianualidade dos encargos resultantes do acordo com a Águas do Oeste, SA, conforme documento anexo à deliberação, da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, nos termos do disposto na al. ccc), do n.º 1 do art. 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e al. c), do n.º 1, do art. 6.º da Lei 8//2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação. _____

Propõe-se que: _____


_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere autorizar a plurianualidade dos encargos resultantes do acordo com a Águas do Oeste, SA, conforme documento anexo à presente proposta da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, nos termos da al. c), do n.º 1, do art. 6.º da Lei 8//2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação. _____

_____ Sobral de Monte Agraço 18 de junho de 2015 _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.” _____

_____ Relativamente ao ponto em análise, a membro Cláudia Joaquim começou por referir que após várias discussões em Assembleia Municipal sobre a autorização dos compromissos plurianuais, finalmente se verifica o cumprimento da lei relativamente a esta matéria, situação que merece uma referência. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



___ Continuou a sua intervenção referindo que o valor total da dívida objeto do acordo e o seu prazo de pagamento não são coincidentes com os valores inscritos nas GOP e Orçamento para 2015. Por outro lado, e no que se refere à questão do prazo, questionou o porquê de se alargar o prazo de pagamento para além do atual mandato, empurrando para o próximo executivo esta dívida. _____

___ O Senhor Presidente referiu que esta proposta também lhe suscita algumas dúvidas, na medida em que financeiramente não percebe o porquê dos cinco anos e qual a razão de não se ter alargado o prazo de pagamento. Mencionou ainda que, a Águas do Oeste pode cobrar juros, como tal, reiterou que não entende a razão de cinco anos, pois, no seu entender, poder-se-ia ter encontrado uma solução mais alargada no tempo. Salientou que a Câmara continua a subsidiar a água aos seus municípios e que relativamente a este ponto tem duas visões, uma mais política e outra mais pragmática. _____

___ O membro Duarte Pacheco referiu estar "*deliciado*" com a argumentação apresentada, pois quando "*se muda o palco muda-se o discurso*". Disse achar estranho o teor do presente Acordo, não tanto o prazo de pagamento - porque o valor é grande e porque a Águas do Oeste não tem de subsidiar o valor da água dos municípios do Sobral -, mas pelo facto de não haver uma regularidade das prestações ao longo do tempo. _____

___ O Senhor Presidente da Câmara explicou que foi o Acordo possível face à Lei das Finanças Locais, tratando-se, tudo o resto de questões políticas. Quanto ao facto do prazo de pagamento se prolongar para o próximo executivo, está certo, que face ao trabalho desenvolvido, será uma equipa liderada por si a efetuar os pagamentos, pois está a trabalhar para continuar no próximo mandato. Continuou a sua intervenção esclarecendo que execução orçamental não é, de maneira nenhuma, igual à previsão orçamental e que o documento em causa não consubstancia um financiamento, sendo o reconhecimento de uma dívida com acordo de pagamento. _____

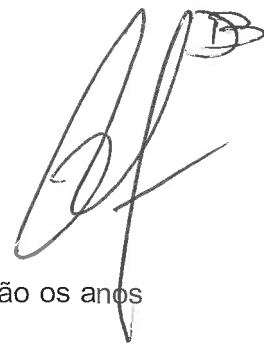
___ Por último concluiu dizendo que, sempre se cumpriram e continuarão a honrar os compromissos, destacando que esta proposta foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara Municipal. _____

___ A membro Cláudia Joaquim alertou para o facto dos valores dos documentos previsionais diferirem dos valores apresentados nos documentos de execução orçamental, questionando assim se o valor, neste momento, já está reafectado para que o orçamento fique equilibrado. ____

___ O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o Pavilhão Multisserviços já tem a primeira fase totalmente paga, mas que até ao momento não entrou qualquer financiamento, mas assim que este se concretize será feita uma reafecção. _____

___ O membro Fernando Lopes disse que em relação ao "*empurrar para a frente*" os valores

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



da dívida para outros mandatos, gostaria de salientar que os anos de 2016 e 2017 são os anos em que o valor das mensalidades são mais elevados e pertencerão a este executivo. _____

_____ O membro Duarte Pacheco referiu que os dados são o que são, independentemente de começar a pagar a meio do ano, o que efetivamente faz diferença é pagar vinte e seis mil euros, vinte e sete mil euros ou vinte e oito mil euros, para em 2019 pagar quarenta e oito mil euros. _____

_____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com quatro votos contra, sendo os quatro do PS, autorizar a plurianualidade dos encargos resultantes do acordo com a Águas do Oeste, SA, conforme documento anexo à presente deliberação da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, nos termos da al. c), do n.º 1, do art. 6.º da Lei 8//2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação. _____

_____ Seguiu-se o Ponto Número Oito _____

_____ **Prorrogação do Prazo – Procedimento Concursal - Técnico Superior de Educação Física e Desporto** _____

_____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 24 de junho de 2015, relativa ao assunto em epígrafe: _____

_____ **CERTIDÃO n.º 37/2015** _____

_____ *Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 15 de junho de 2015, consta uma deliberação do seguinte teor:* _____

_____ **“III - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

_____ **UM. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

_____ **1.9 - Prorrogação de Prazo - Procedimento Concursal - Técnico Superior de Educação Física e Desporto** _____

_____ **Deliberação:** A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no artigo 33.º, número 1, da alínea ccc), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal a prorrogação por um período de até 6 meses, a autorização de recrutamento de um Técnico Superior de Educação Física e Desporto, cuja autorização resulta de deliberação datada de 12 de junho de 2014. _____

_____ *Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços.* _____

_____ *Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 24 de junho de 2015.* _____

_____ *A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite* _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: _____

“ **Proposta** _____

Prorrogação do Prazo – Procedimento Concursal - Técnico Superior de Educação Física e Desporto _____

Considerando que: _____

- a) Por deliberação da Câmara Municipal, datada de 02 de junho de 2014 e deliberação da Assembleia Municipal, datada de 14 de junho de 2014, foi aprovado o recrutamento de um Técnico Superior – Licenciatura em Educação Física e Desporto – para ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado do mapa de pessoal do Município; _____
- b) Na pendência do procedimento concursal, houve necessidade de solicitar diversos pareceres jurídicos relativos aos métodos de seleção a aplicar aos trabalhadores oriundos da empresa municipal extinta, atento o facto de não ser pacífico o entendimento sobre a extensão da ficção do vínculo prevista no art. 62.º, n.ºs 8 e 9, da Lei 50/2012, de 31 de agosto; _____
- c) O procedimento concursal, publicado em Diário da República n.º 189, 2.ª série, de 1 de outubro de 2014, encontra-se na fase de audiência dos interessados do projeto de lista de classificação final, após conclusão da aplicação dos métodos de seleção; _____
- d) Nos termos do disposto no art. 64.º, n.º 3 da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, a homologação da lista final de procedimento concursal sujeito a autorização da Assembleia Municipal deve ocorrer no prazo de 6 meses a contar da data da deliberação de autorização, sem prejuízo da respetiva renovação, sendo que, por aplicação analógica do regime previsto no mesmo diploma para os trabalhadores da Administração Pública Central, o pedido de renovação deve ocorrer após a fase de aplicação dos métodos de seleção (art. 47.º, n.º 4 do mesmo diploma); _____
- e) A Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 15 de junho de 2015, deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no art. 33.º, n.º 1, al. 1, da al. ccc), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal a prorrogação, por um período de até 6 meses, a autorização de recrutamento de um Técnico Superior de Educação Física e Desporto, cuja autorização resulta de deliberação datada de 12 de junho de 2014. _____

Propõe-se que: _____

A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, nos termos do disposto no art. 64.º, n.º 3 da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, a prorrogação por um período de até 6 meses a autorização de recrutamento de um Técnico Superior de Educação Física e Desporto, cuja autorização resulta de deliberação datada de 12 de junho de 2014. _____

Sobral de Monte Agraço, 18 de junho de 2015 _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



DB

___ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.”

___ O membro Nuno Fortes referiu que no presente mandato, este já é o segundo pedido de autorização para prorrogação de prazo para conclusão do processo de recrutamento de um Técnico Superior de Educação Física e Desporto, realçando que não querendo cancelar o processo, não é de todo possível votar favoravelmente, pois enquanto empregador considera não ser correto o arrastamento do processo. De seguida, solicitou esclarecimentos relativos às diligências procedimentais e ao método de seleção referido na proposta. _____

___ O Senhor Presidente da Câmara informou que o que está em discussão é a 1ª prorrogação do prazo deste procedimento, visto que o primeiro concurso foi anulado por vicissitudes várias. Este pedido prende-se, efetivamente, com a prorrogação do prazo para a conclusão do atual concurso. Relativamente às questões colocadas pelo membro Nuno Fortes, não lhe poderá facultar os elementos pretendidos, na medida em que a proposta foi apresentada pelos serviços e não tem em seu poder todos os pormenores referentes ao processo. _____

___ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, deliberou, por maioria, com quatro votos contra, sendo os quatro do PS, e duas abstenções, sendo as duas do PPD/PSD, nos termos do disposto no art. 64.º, n.º 3 da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, a prorrogação por um período de até 6 meses a autorização de recrutamento de um Técnico Superior de Educação Física e Desporto, cuja autorização resulta de deliberação datada de 12 de junho de 2014. _____

___ Seguiu-se o Ponto Número Nove _____

___ **Discussão e votação do Regulamento Municipal do Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT)** _____

___ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 24 de junho de 2015, relativa ao assunto em epígrafe: _____

___ **CERTIDÃO n.º 38/2015** _____

___ *Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 01 de junho de 2015, consta uma deliberação do seguinte teor:* _____

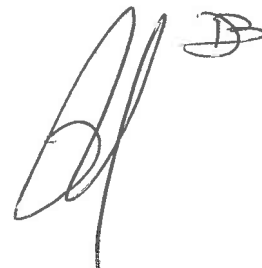
___ **“III - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

___ **UM. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

___ **1.4 – Regulamento Municipal do Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT)**

___ **Deliberação:** A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



aprovar o Regulamento Municipal do Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT), anexo à presente proposta, nos termos e para os efeitos do disposto nos art.s 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e al. k) do n.º 1, do art. 33.º, da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Deliberou, ainda, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento Municipal do Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT), anexo à presente deliberação, nos termos e para os efeitos do disposto na al. g), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 73/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Deliberou, também, aprovar a nova redação do último parágrafo do preâmbulo, que passará a ter a seguinte redação: _____

“Assim, no uso do poder regulamentar conferido às Autarquias Locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, al. k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborado o presente Regulamento Municipal do Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT), o qual foi submetido à apreciação pública, por publicação no Diário da República, 2.ª série, n.º 69, de 09 de abril. Decorrido o prazo legal, nos termos e para os efeitos dos art. 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, foi o mesmo aprovado em reunião de Câmara Municipal, de 01/06/2015 e em sessão da Assembleia Municipal, de ____ / ____ / ____”. _____

_____ Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços. _____

_____ Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 24 de junho de 2015. _____

_____ A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite” _____

_____ Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: _____

_____ “ **Proposta** _____

_____ **Discussão e votação do Regulamento Municipal do Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT)** _____

_____ **Considerando que:** _____

- a) A Câmara Municipal aprovou, em 16/03/2015, por unanimidade, o Projeto de Regulamento Municipal do Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT); _____
- b) Nos termos do art. 118.º do CPA em vigor à data, o Projeto de Regulamento melhor identificado na al. a) da presente proposta, foi submetido a consulta pública, por um período de 30 dias, conforme publicação na II Série, do Diário da República n.º 69, de 9 de abril de 2015; _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



- c) Decorrido que foi o prazo estipulado para o inquérito público, verificou-se que não foram apresentadas quaisquer sugestões, alterações ou retificações ao clausulado; _____
- d) Nos termos da al. k), do n.º 1, do art. 33.º, com remissão para a al. g), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apresentar à Assembleia Municipal propostas de Regulamentos do Município com eficácia externa. _____
- e) A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, na sua reunião ordinária de 01/06/2015, deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal do Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT), nos termos e para os efeitos do disposto nos art.s 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e al. k), do n.º 1, do art. 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; _____
- f) Mais deliberou, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento Municipal do Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT), anexo à presente proposta da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, nos termos do disposto na al. g), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- g) Deliberou também, aprovar a nova redação do último parágrafo do preâmbulo que passará a ter o seguinte teor: _____

“Assim, no uso do poder regulamentar conferido às Autarquias Locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, al. k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborado o presente Regulamento Municipal do Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT), o qual foi submetido à apreciação pública, por publicação no Diário da República, 2.ª série, n.º 69, de 09 de abril. Decorrido o prazo legal, foi o mesmo aprovado em reunião de Câmara Municipal, de 01/06/2015 e em sessão da Assembleia Municipal, de ____ / ____ / ____”. _____

Propõe-se que: _____

_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, aprove o Regulamento Municipal do Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT), anexo à presente proposta da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, nos termos do estipulado na al. g), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 18 de junho de 2015 _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.” _____

_____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal do Centro de Interpretação das Linhas de Torres (CILT), anexo à presente deliberação da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, nos termos do estipulado na al. g), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



DB

____ Seguiu-se o Ponto Número Dez. _____

____ **Discussão e votação do Regulamento da Piscina Municipal de Sobral de Monte Agraço** _____

____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 24 de junho de 2015, relativa ao assunto em epígrafe: _____

____ **CERTIDÃO n.º 39/2015** _____

____ Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 01 de junho de 2015, consta uma deliberação do seguinte teor: _____

____ **“III - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

____ **UM. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

____ **1.5 – Regulamento da Piscina Municipal de Sobral de Monte Agraço** _____

____ **Deliberação:** A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento da Piscina Municipal de Sobral de Monte Agraço, anexo à presente deliberação, nos termos e para os efeitos do disposto nos art.s 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e al. k) do n.º 1, do art. 33.º, da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro. _____

____ Deliberou, ainda, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento da Piscina Municipal de Sobral de Monte Agraço, anexo à presente deliberação, nos termos e para os efeitos do disposto na al. g), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 73/2013, de 12 de setembro. _____

____ Deliberou, também, aprovar a nova redação do último parágrafo do preâmbulo, que passará a ter a seguinte redação: _____

“Assim, e de acordo com o disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da competência prevista no artigo 25.º, n.º 1, alínea g) conjugada com o artigo 33.º, n.º 1, alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é elaborado o presente Regulamento da Piscina Municipal de Sobral de Monte Agraço, o qual foi submetido à apreciação pública, por publicação no Diário da República, 2.ª série, n.º 69, de 09 de abril. Decorrido o prazo legal, nos termos e para os efeitos dos art. 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, foi o mesmo aprovado em reunião de Câmara Municipal, de 01/06/2015 e em sessão da Assembleia Municipal, de ____ / ____ / ____”. _____

____ Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços. _____

____ Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 24 de junho de 2015. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



_____ *A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite.* _____

_____ Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: _____

_____ **“ Proposta** _____

_____ **Discussão e votação do Regulamento da Piscina Municipal de Sobral de Monte Agraço** _____

_____ **Considerando que:** _____

- a) Em reunião ordinária de 16/03/2015, deliberou esta Câmara Municipal, aprovar por unanimidade o Projeto de Regulamento da Piscina Municipal de Sobral de Monte Agraço;
- b) Nos termos do art. 118.º do CPA em vigor à data, o Projeto de Regulamento melhor identificado na al. a) da presente proposta, foi submetido a consulta pública, por um período de 30 dias, conforme publicação na II Série, do Diário da República n.º 69, de 9 de abril de 2015, tendo ainda sido afixado na Piscina Municipal para efeitos de audiência dos interessados; _____
- c) Decorrido que foi o prazo estipulado para inquérito público, verificou-se que não foram apresentadas quaisquer sugestões, alterações ou retificações ao clausulado; _____
- d) Nos termos da al. k), do n.º 1, do art. 33.º, com remissão para a al. g), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apresentar à Assembleia Municipal propostas de Regulamentos do Município com eficácia externa; _____
- e) A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, na sua reunião ordinária de 01/06/2015, deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento da Piscina Municipal de Sobral de Monte Agraço, nos termos e para os efeitos do disposto nos art.s 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e al. k), do n.º 1, do art. 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; _____
- f) Mais deliberou, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento da Piscina Municipal de Sobral de Monte Agraço, anexo à presente proposta da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, nos termos do disposto na al. g), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- g) Deliberou também, aprovar a nova redação do último parágrafo do preâmbulo que passará a ter o seguinte teor: _____

“Assim, e de acordo com o disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da competência prevista no artigo 25.º, n.º 1, alínea g) conjugada com o artigo 33.º, n.º 1, alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é elaborado o presente Regulamento da Piscina Municipal de Sobral de Monte Agraço, o qual foi submetido à apreciação pública, por publicação no Diário da República, 2.ª série,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

n.º 69, de 09 de abril. Decorrido o prazo legal, foi o mesmo aprovado em reunião de Câmara Municipal, de 01/06/2015 e em sessão da Assembleia Municipal, de __/__/__.

Propõe-se que: _____

_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, aprove o Regulamento da Piscina Municipal de Sobral de Monte Agraço, anexo à presente proposta da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, nos termos do estipulado na al. g), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 18 de junho de 2015 _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.” _____

_____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento da Piscina Municipal de Sobral de Monte Agraço, anexo à presente deliberação da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, nos termos do estipulado na al. g), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Seguiu-se o Ponto Número Onze. _____

_____ **Discussão e votação do Regulamento Municipal de Transportes Escolares e Cedência de Viaturas do Município de Sobral de Monte Agraço** _____

_____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 24 de junho de 2015, relativa ao assunto em epígrafe: _____

_____ **CERTIDÃO n.º 40/2015** _____

_____ Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 01 de junho de 2015, consta uma deliberação do seguinte teor: _____

_____ **“III - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

_____ **UM. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

_____ **1.6 – Regulamento Municipal de Transportes Escolares e Cedência de Viaturas do Município de Sobral de Monte Agraço** _____

_____ **Deliberação:** A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com uma abstenção do Sr. Vereador da Coligação “Juntos Pela Nossa Terra”, aprovar o Regulamento Municipal de Transportes Escolares e Cedência de Viaturas do Município de Sobral de Monte Agraço, anexo à presente deliberação, nos termos e para os efeitos do disposto nos art.s 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e al. k) do n.º 1, do art. 33.º, da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



_____ Deliberou, ainda, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento Municipal de Transportes Escolares e Cedência de Viaturas do Município de Sobral de Monte Agraço, anexo à presente deliberação, nos termos e para os efeitos do disposto na al. g), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 73/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Deliberou, também, por unanimidade, aprovar a nova redação do penúltimo e último parágrafo do preâmbulo, que passarão a ter a seguinte redação: _____

“Nos termos do n.º 1 do artigo 117.º do CPA foi ouvido o Conselho Municipal de Educação que, fazendo uso das competências que lhe são atribuídas na alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, emitiu parecer favorável na sua reunião de 27/05/2015. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às Autarquias Locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, al. k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborado o presente Regulamento Municipal de Transportes Escolares e Cedência de Viaturas do Município de Sobral de Monte Agraço, o qual foi submetido à apreciação pública, por publicação no Diário da República, 2.ª série, n.º 68, de 08 de abril. Decorrido o prazo legal, foi o mesmo aprovado em reunião de Câmara Municipal, de 01/06/2015 e em sessão da Assembleia Municipal, de ____ / ____ / ____”. _____

_____ Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços. _____

_____ Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 24 de junho de 2015. _____

_____ A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite.” _____

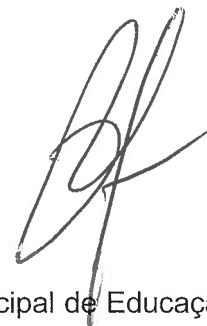
_____ Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: _____

_____ “ **Proposta** _____

_____ **Discussão e votação do Regulamento Municipal de Transportes Escolares e Cedência de Viaturas do Município de Sobral de Monte Agraço** _____

_____ **Considerando que:** _____

- a) Em reunião ordinária de 16/03/2015, deliberou esta Câmara Municipal, aprovar por unanimidade o Projeto de Regulamento Municipal de Transportes Escolares e Cedência de Viaturas do Município de Sobral de Monte Agraço; _____
- b) Nos termos do art. 118.º do CPA em vigor à data, o Projeto de Regulamento melhor identificado na al. a) da presente proposta, foi submetido a consulta pública, por um período de 30 dias, conforme publicação na II Série, do Diário da República n.º 68, de 8 de abril de 2015; _____
- c) Decorrido que foi o prazo estipulado para inquérito público, verificou-se que não foram apresentadas quaisquer sugestões, alterações ou retificações ao clausulado; _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

- d) Nos termos do n.º 1 do artigo 117.º do CPA foi ouvido o Conselho Municipal de Educação que, fazendo uso das competências que lhe são atribuídas na alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, emitiu parecer favorável na sua reunião de 27/05/2015; _____
- e) Nos termos da al. k), do n.º 1, do art. 33.º, com remissão para a al. g), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apresentar à Assembleia Municipal propostas de Regulamentos do Município com eficácia externa; ____
- f) A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, na sua reunião ordinária de 01/06/2015, deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal de Transportes Escolares e Cedência de Viaturas do Município de Sobral de Monte Agraço, nos termos e para os efeitos do disposto nos art.s 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e al. k), do n.º 1, do art. 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; _____
- g) Mais deliberou, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento Municipal de Transportes Escolares e Cedência de Viaturas do Município de Sobral de Monte Agraço, anexo à presente proposta da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, nos termos do disposto na al. g), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- h) Deliberou também, aprovar a nova redação do último parágrafo do preâmbulo que passará a ter o seguinte teor: _____

“Nos termos do n.º 1 do artigo 117.º do CPA foi ouvido o Conselho Municipal de Educação que, fazendo uso das competências que lhe são atribuídas na alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, emitiu parecer favorável na sua reunião de 27/05/2015. _____

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às Autarquias Locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, al. k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborado o presente Regulamento Municipal de Transportes Escolares e Cedência de Viaturas do Município de Sobral de Monte Agraço, o qual foi submetido à apreciação pública, por publicação no Diário da República, 2.ª série, n.º 68, de 08 de abril. Decorrido o prazo legal, foi o mesmo aprovado em reunião de Câmara Municipal, de 01/06/2015 e em sessão da Assembleia Municipal, de ____ / ____ / ____”.

Propõe-se que: _____

_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, aprove o Regulamento Municipal de Transportes Escolares e Cedência de Viaturas do Município de Sobral de Monte Agraço, anexo à presente proposta da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, nos termos do estipulado na al. g), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



____ Sobral de Monte Agraço, 18 de junho de 2015 _____

____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.” _____

____ O membro Duarte Pacheco começou por dizer que nada tem a opôr ao Regulamento em apreciação, visto ser necessário fazer-se uma otimização do serviço, tendo somente uma dúvida em concreto, nomeadamente se, foi ouvido o Conselho Municipal de Educação relativamente a esta matéria, pois pelo que pôde averiguar ainda não se tinha promovido a eleição dos representantes do Agrupamento, aquando da discussão deste assunto. _____

____ O Senhor Presidente da Câmara referiu que as dúvidas colocadas pelo membro Duarte Pacheco terão ser apresentadas ao Agrupamento e não à Câmara, contudo informou que os representantes do Agrupamento estiveram presentes na reunião enquanto nomeados, ou seja, puderam discutir os assuntos, mas não foi possível registar o seu sentido de voto, porque ainda não se havia procedido à sua eleição. _____

____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal de Transportes Escolares e Cedência de Viaturas do Município de Sobral de Monte Agraço, anexo à presente deliberação da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, nos termos do estipulado na al. g), do n.º 1, do art. 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

____ Seguiu-se o Ponto Número Doze. _____

____ **ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES (RHLT) – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras – Declaração de Nulidade de Deliberações** _____

____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 24 de junho de 2015, relativa ao assunto em epígrafe: _____

____ **“CERTIDÃO n.º 41/2015** _____

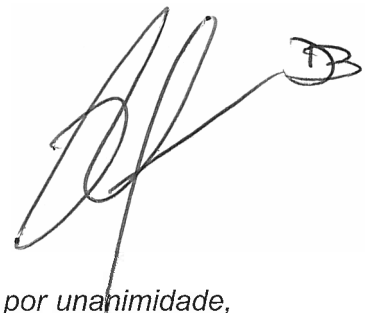
____ *Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 15 de junho de 2015, consta uma deliberação do seguinte teor:* _____

____ **“III - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

____ **UM. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

____ **1.11 - Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT) – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras – Declaração de Nulidade de Deliberações** _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



____ **Deliberação:** A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, sem prejuízo da atribuição de efeitos jurídicos a situações de facto, de harmonia com os princípios da boa-fé, da proteção da confiança e da proporcionalidade ou outros princípios jurídicos constitucionais, designadamente associados ao decurso do tempo, nos termos e para efeitos do disposto no número 3, do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo, atento o disposto no número 1 do artigo 32.º da Lei número 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, e no número 2, do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo, declarar a nulidade da deliberação que tomou em 17/06/2013, relativamente ao assunto “Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras (RHLT) – Aditamento à deliberação de 15 de abril de 2013 – adesão e aprovação dos estatutos” e, ao abrigo do disposto na alínea ccc), do número 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que declare a nulidade da deliberação tomada em 21/06/2013, também com o assunto “Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras (RHLT) – Adesão do Município e aprovação dos Estatutos”.

____ Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços.

____ Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 24 de junho de 2015.

____ A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite”

____ Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

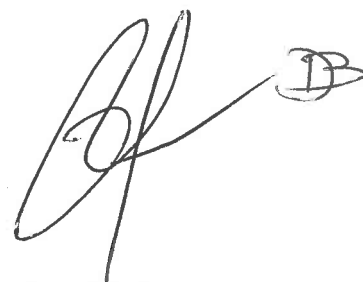
____ “ **Proposta** ”

____ **Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT) – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras – Declaração de Nulidade de Deliberações**

____ **Considerando que:**

- a) Na reunião realizada em 17/06/2013, a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, deliberou “em aditamento à deliberação de 15 de abril de 2013, aprovar a versão definitiva dos estatutos Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras, conforme documentos constantes, em anexo, à deliberação *supra* referida”;
- b) A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, na sessão de 21/06/2013, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou “nos termos do n.º 2, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, autorizar a adesão do Município na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



qualidade de Município fundador à Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras e a aprovação dos respetivos estatutos”; _____

- c) A proposta de participação e constituição da aludida Associação, apresentada aos referidos órgãos municipais, não foi acompanhada, nem precedida dos necessários estudos técnicos, nomeadamente do plano do projeto, na ótica do investimento, da exploração e do financiamento, demonstrando-se a viabilidade e sustentabilidade económica e financeira, o que determina, nos termos estipulados no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, cuja última alteração foi introduzida pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, a nulidade das deliberações tomadas; _
- d) Segundo dispõe o n.º 2 do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a nulidade é invocável a todo o tempo por qualquer interessado e pode, também a todo o tempo, ser conhecida por qualquer autoridade e declarada pelos tribunais administrativos ou pelos órgãos administrativos competentes para a anulação, sem prejuízo da atribuição de efeitos jurídicos a situações de facto, de harmonia com os princípios da boa-fé, da proteção da confiança e da proporcionalidade ou outros princípios jurídicos constitucionais, designadamente associados ao decurso do tempo, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo; _____
- e) A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, na sua reunião de 15 de junho de 2015, sem prejuízo da atribuição de efeitos jurídicos a situações de facto, de harmonia com os princípios da boa-fé, da proteção da confiança e da proporcionalidade ou outros princípios jurídicos constitucionais, designadamente associados ao decurso do tempo, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo e atento o disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, e no n.º 2 do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo, **declarar a nulidade da deliberação que tomou em 17/06/2013, relativamente ao assunto “Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras (RHLT) – Aditamento à deliberação de 15 de abril de 2013 – adesão e aprovação dos estatutos” e que, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proponha à Assembleia Municipal que declare a nulidade da deliberação tomada em 21/06/2013, também com o assunto “Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras (RHLT) – Adesão do Município e aprovação**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



dos Estatutos". _____

Propõe-se que: _____

_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, sem prejuízo da atribuição de efeitos jurídicos a situações de facto, de harmonia com os princípios da boa-fé, da proteção da confiança e da proporcionalidade ou outros princípios jurídicos constitucionais, designadamente associados ao decurso do tempo, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo, delibere, atento o disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, e no n.º 2 do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo, declarar a nulidade da deliberação tomada em 21/06/2013, relativa ao assunto "Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras (RHLT) – Adesão do Município e aprovação dos Estatutos". _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 18 de junho de 2015. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr." _____

_____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço sem prejuízo da atribuição de efeitos jurídicos a situações de facto, de harmonia com os princípios da boa-fé, da proteção da confiança e da proporcionalidade ou outros princípios jurídicos constitucionais, designadamente associados ao decurso do tempo, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo, deliberou, por maioria, com quatro abstenções, sendo as quatro do PS, atento o disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, e no n.º 2 do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo, declarar a nulidade da deliberação tomada em 21/06/2013, relativa ao assunto "Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras (RHLT) – Adesão do Município e aprovação dos Estatutos. _____

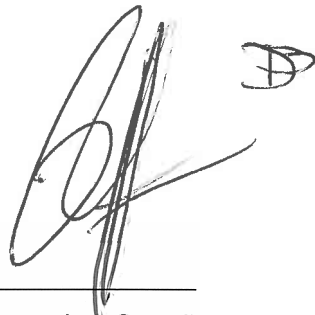
_____ A membro Cláudia Joaquim disse que gostaria de deixar uma declaração de voto em relação ao porquê da abstenção da bancada do PS, designadamente por se tratar de uma deliberação do mandato anterior na qual não tiveram intervenção. _____

_____ Seguiu-se o Ponto Número Treze. _____

_____ **ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES (RHLT) – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras – Participação do Município** _____

_____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 24 de junho de 2015, relativa ao assunto em epígrafe: _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



“CERTIDÃO n.º 42/2015”

Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 15 de junho de 2015, consta uma deliberação do seguinte teor:

“III - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

UM. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1.12 - Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT) – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras – Participação do Município

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, atentos os documentos anexos à presente deliberação, designadamente os estudos técnicos e respetivos estatutos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, e sem prejuízo da oportuna observância, pelos Municípios fundadores, das formalidades inerentes à constituição desta Associação de fins específicos, nos termos da lei, concordar com a participação do Município de Sobral de Monte Agraço na “Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras”, nos termos da alínea s), do número 1, do artigo 33.º, conjugado com o número 1, do artigo 108.º, ambos do Anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

Mais deliberou, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a participação do Município de Sobral de Monte Agraço na “Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras”, nos termos da alínea u) do número 1, do artigo 25.º, conjugado com o número 1, do artigo 108.º, ambos do Anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

Deliberou, ainda, submeter o processo à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, atento o disposto número 2, do artigo 56.º da Lei número 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, conjugado com a alínea c), do número 1, do artigo 5.º e o artigo 46.º, ambos da Lei número 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual”.

Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços.

Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 24 de junho de 2015.

A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite”

Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



“Proposta _____

Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT) – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras – Participação do Município _____

Considerando que: _____

- a) A Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres (PILT) surgiu em 2006, resultante do apelo continuo à agregação de vontades e à necessidade de cooperação entre as Autarquias com património histórico militar ligado às Linhas de Torres, com o objetivo de desenvolver a Rota Histórica das Linhas de Torres, sendo constituída por seis Municípios, em cujo território se localizam as estruturas restauradas; _____
- b) A referida Rota Histórica das Linhas Torres visa salvaguardar, recuperar e valorizar uma componente significativa do património arquitetónico e militar integrante das Linhas de Torres Vedras, construído no início do Século XIX, pelas forças anglo-lusas comandadas pelo Duque de Wellington, para defender a cidade de Lisboa das invasões napoleónicas; _
- c) Os Municípios associados têm como objetivo a criação de uma rota turística de excelência, em articulação com outras valências culturais, patrimoniais, ambientais, gastronómicas, desportivas e museológicas; _____
- d) A Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres tem, portanto, como propósito dar continuidade e desenvolvimento ao trabalho já realizado pela PILT, na realização do interesse específico de cada Município fundador, que assim se transforma em coletivo, agregado à salvaguarda e promoção da Rota das Linhas de Torres; _____
- e) De acordo com o previsto no artigo 5.º (Objeto) dos Estatutos da referida Associação, em anexo à presente proposta, estamos perante “uma associação de fins específicos, nos termos da lei geral, tendo por fim a realização de interesses específicos, comuns aos membros que a integram, sem fins lucrativos e independente de qualquer outra associação”, a qual visa, no essencial, a defesa e valorização do património cultural, ambiental, histórico e urbanístico, relacionado com as Linhas de Torres Vedras, assim como, o intercâmbio de experiências entre associados, nomeadamente, ao nível da conservação do património, a planificação e desenvolvimento de uma política de produção e promoção turística e a planificação estratégica de uma política cultural, evidenciando-se, assim, o sentido e alcance do interesse público patenteado no objeto social desta Associação, a que o Município de Sobral de Monte Agraço não é, nem poderia ser, alheio;
- f) Como é sabido, as Autarquias existem para promover e salvaguardar os interesses próprios das respetivas populações, o que vale por dizer que prosseguem o interesse

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

público, entendido como o interesse de uma comunidade, ligado à satisfação das necessidades coletivas desta; _____

- g) Tais atribuições decorrem do disposto nos artigos 2.º e 23.º, número 1, ambos do Anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, mais se concretizando, nas alíneas e), f) e m) do n.º 2 do referido artigo 23.º que os Municípios dispõem, respetivamente, de atribuições nos domínios do património, cultura e ciência, dos tempos livres e da promoção do desenvolvimento; _____
- h) Na prossecução de tais atribuições, compete aos Municípios, designadamente, deliberar sobre a constituição e participação em Associações de Autarquias de fins específicos, nos termos da alínea s) do número 1 do artigo 33.º, da alínea u) do número 1 do artigo 25.º, conjugados com o número 1 do artigo 108.º, todos do Anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; _____
- i) Nos termos estipulados no número 1 do artigo 32.º da Lei número 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, cuja última alteração foi introduzida pela Lei número 53/2014, de 25 de agosto, foram realizados os necessários estudos técnicos, anexos à presente proposta, a saber, o plano do projeto, na ótica do investimento, da exploração e do financiamento, demonstrando a respetiva viabilidade e sustentabilidade económica e financeira, os quais se dão aqui por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais; _____
- j) O acima referido não prejudica a aplicação do regime decorrente no número 2 do artigo 56.º da Lei número 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, conjugado com a alínea c) do número 1 do artigo 5.º e o artigo 46.º, ambos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual, referente à obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas; _____
- k) A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, na sua reunião de 15 de junho de 2015, e tendo por base os documentos anexos à deliberação, designadamente os estudos técnicos e respetivos estatutos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, e sem prejuízo da oportuna observância, pelos Municípios fundadores, das formalidades inerentes à constituição desta Associação de fins específicos, nos termos da lei, **concordar com a participação do Município de Sobral de Monte Agraço na “Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras”**, nos termos da alínea s) do número 1 do artigo 33.º, conjugado com o número 1 do artigo 108.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; _____
- l) **Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a participação do**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Município de Sobral de Monte Agraço na “Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras”, nos termos da alínea u) do número 1 do artigo 25.º, conjugado com o número 1 do artigo 108.º, ambos do Anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; _____

- m) **Deliberou, ainda, submeter o processo à fiscalização prévia do Tribunal de Contas,** atento o disposto número 2 do artigo 56.º da Lei número 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, conjugado com a alínea c) do número 1 do artigo 5.º e o artigo 46.º, ambos da Lei número 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual. _____

Propõe-se que: _____

____ 1. A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, atentos os documentos anexos à presente proposta, designadamente os estudos técnicos e respetivos estatutos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, e sem prejuízo da oportuna observância, pelos Municípios fundadores, das formalidades inerentes à constituição desta Associação de fins específicos, nos termos da lei, a aprovação da participação do Município de Sobral de Monte Agraço na “Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras”, nos termos da alínea u) do número 1 do artigo 25.º, conjugado com o número 1 do artigo 108.º, ambos do Anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. _____

____ 2. A Assembleia Municipal delibere, ainda, submeter o processo à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, atento o disposto número 2 do artigo 56.º da Lei número 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, conjugado com a alínea c) do número 1 do artigo 5.º e o artigo 46.º, ambos da Lei número 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual. _____

____ Sobral de Monte Agraço, 18 de junho de 2015 _____

____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.” _

____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, atentos os documentos anexos à presente deliberação, designadamente os estudos técnicos e respetivos estatutos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, e sem prejuízo da oportuna observância, pelos Municípios fundadores, das formalidades inerentes à constituição desta Associação de fins específicos, nos termos da lei, a aprovação da participação do Município de Sobral de Monte Agraço na “Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras”, nos termos da alínea u) do número 1 do artigo 25.º, conjugado com o número 1 do artigo 108.º, ambos do Anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação actual. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



____ Mais deliberou, por unanimidade, submeter o processo à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, atento o disposto número 2 do artigo 56.º da Lei número 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, conjugado com a alínea c) do número 1 do artigo 5.º e o artigo 46.º, ambos da Lei número 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual. _____

____ Seguiu-se o Ponto Número Catorze. _____

____ **Alteração dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Oeste** _____

____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 24 de junho de 2015, relativa ao assunto em epígrafe: _____

____ **"CERTIDÃO n.º 43A/2015"** _____

____ *Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob a forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 15 de junho de 2015, consta uma deliberação do seguinte teor:* _____

____ **"III - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA"** _____

____ **UM. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

____ **1.10 - Alteração dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Oeste** _____

____ **Deliberação:** *A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alteração dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Oeste, nos termos do disposto na alínea ccc), do número 1, do artigo 33.º e número 1, do artigo 80.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, bem como do número 2, do artigo 48.º dos Estatutos.* _____

____ *Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços.* _____

____ *Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 24 de junho de 2015.* _____

____ *A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite"* _____

____ Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: _____

____ **" Proposta** _____

____ **Alteração dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Oeste** _____

____ **Considerando que:** _____

- a) Vem a Comunidade Intermunicipal do Oeste solicitar a aprovação, pela Assembleia Municipal, da alteração dos respetivos Estatutos, conforme documento anexo à presente proposta dela fazendo parte para os devidos e legais efeitos, que foi objeto de deliberação pela Assembleia Intermunicipal, datada de 30 de abril de 2015; _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



- b) Compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta, nos termos da al. ccc), do número 1 do art. 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- c) A Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 15 de junho de 2015, deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alteração dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Oeste, nos termos do disposto na al. ccc), do número 1 do art. 33.º e número 1 do art. 80.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, bem como do n.º 2 do art. 48.º dos Estatutos. _____

Propõe-se que: _____

_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere aprovar a alteração dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Oeste, nos termos do disposto no número 1 do art. 80.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, bem como do número 2 do art. 48.º dos Estatutos. _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 18 de junho de 2015 _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr. _____

_____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Oeste, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 80.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, bem como do n.º 2 do art. 48.º dos Estatutos. _____

_____ Seguiu-se o Ponto Número Quinze. _____

_____ **Discussão do Relatório da Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição – al. h), do número 2 do art. 25.º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro** _____

_____ O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: _____

_____ **Relatório de Avaliação de 2014 - Estatuto do Direito de Oposição** _____

Considerando que: _____

- a) A Lei número 24/98, de 26 de maio aprovou o Estatuto do Direito de Oposição sendo que, nos termos do disposto no seu art. 2.º, oposição é toda a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos supra referenciados; _____
- b) O art. 3.º do Estatuto, elenca os titulares do direito de oposição, sendo que e no que às Autarquias Locais diz respeito, são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados na Câmara Municipal, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas; _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



- c) Nos termos do art. 10.º do Estatuto, os órgãos executivos das Autarquias Locais devem elaborar, até ao fim de março do ano subsequente àquele a que se refiram, um relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes do referido Estatuto; _____
- d) Conforme estipula o Estatuto do Direito de Oposição e para os efeitos da alínea u) do número 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborado competente relatório de avaliação, onde foram elencadas, de forma genérica, as atividades que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição; _____
- e) A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, deliberou, em 9 de abril, por maioria, com dois votos contra do PS e da Coligação “Juntos Pela Nossa Terra”, de acordo com o art. 10.º, número 2 do Estatuto do Direito de Oposição e para os efeitos do disposto na al. yy) do número 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o relatório de avaliação relativo a 2014; _____
- f) O relatório de avaliação do Estatuto do Direito de Oposição foi dado a conhecer a todos os membros da Assembleia Municipal no decurso da sessão ordinária de abril de 2015, tendo os deputados do Partido Socialista requerido a discussão, nos termos do disposto na al. h) do número 2 do art. 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Assim, e nos termos do disposto no número 2 do art. 10.º do Estatuto do Direito de Oposição e para os efeitos da al. h) do número 2 do art. 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontra-se em anexo para apreciação o relatório de avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, relativo a 2014. _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 18 de junho de 2015 _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.” _____

_____ O membro André Lourenço informou que a bancada do PS, sobre o ponto em apreciação gostaria de apresentar um requerimento, o qual a seguir se transcreve: _____

_____ **“Requerimento** _____

_____ **Acerca da informação constante no Relatório de Avaliação de 2014 do Estatuto do Direito de Oposição** _____

_____ Ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição (Lei 24/98, de 26 de Maio) os deputados do Partido Socialista requereram na última reunião ordinária de Assembleia Municipal o agendamento da discussão do Relatório de Avaliação de 2014 do Estatuto do Direito de Oposição, quando confrontados com o conteúdo do mesmo, designadamente as seguintes referências: _____

_____ “No estrito cumprimento da lei, aos eleitos locais foram asseguradas: _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

- Informação escrita e detalhada sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a atividade da Câmara Municipal, a qual foi remetida, com os documentos da ordem do dia, a todos os membros da Assembleia Municipal antes de cada sessão ordinária daquele órgão; _____
- (...) _____
- Resposta aos pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia Municipal; _____
- Envio à Assembleia Municipal das atas das reuniões da Câmara Municipal após aprovação
- (...)". _____

_____ Os deputados do Partido Socialista manifestaram na discussão do ponto relativo ao relatório em causa a sua discordância sobre os pontos enunciados, com os seguintes argumentos: _____

_____ 1. Relativamente à informação escrita e detalhada sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a atividade da Câmara Municipal, os deputados do PS têm manifestado e requerido sistematicamente que a mesma seja acompanhada de informação financeira mais detalhada, que permita uma efetiva avaliação da situação financeira do município por parte deste órgão autárquico, em cumprimento da alínea c), do n.º 2 do Artigo 25.º do REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS¹. Salienta-se que apesar das insistências o reporte permanece incompleto. _____

_____ 2. Quanto à afirmação de que foram asseguradas as "Respostas aos pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia Municipal", assistimos a uma recusa sistemática e permanente de resposta aos pedidos de informação e aos requerimentos apresentados pelos deputados do Partido Socialista. _____

_____ Naturalmente que todos esses pedidos foram entregues, e constam em ata, ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e assumimos, como não poderia deixar de ser, que os mesmos foram veiculados ao Presidente da Câmara Municipal. _____

_____ 3. Relativamente à informação de que foi assegurado o "Envio à Assembleia Municipal das atas das reuniões da Câmara Municipal após aprovação", os deputados do PS não receberam em nenhum momento as referidas atas, tendo sido informados de tal envio por parte do executivo, no início da presente sessão da AM no ponto relativo à correspondência. _____

_____ Os deputados do Partido Socialista" _____

_____ O membro Duarte Pacheco começou a sua intervenção dizendo que, o Estatuto do Direito de Oposição é referente ao ano de 2014 e que foi possível observar desde o início do corrente ano uma evolução positiva face ao ano anterior, pois, em 2014 os partidos da oposição foram

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



banidos do boletim municipal e as atas não constavam do site do município para consulta dos munícipes, sublinhando que estes dois aspetos foram ultrapassados, apesar de não ter sido fácil. _____

_____ Continuou referindo que o ano de 2015 está a evoluir muito favoravelmente, no entanto ainda há alguns aspetos que podem melhorar, exemplo disso são as moções aprovadas em Assembleia Municipal que chegam muitas vezes ao Parlamento com cópia do conteúdo, omitindo quem foi o proponente, ao contrário do que acontece na maioria das Câmaras e Assembleias do país que anexam ao ofício a proposta inicial. Por fim disse que, é nesse espírito de oposição que intervém. _____

_____ O Senhor Presidente, na sequência da intervenção do membro Duarte Pacheco, referiu estar desapontado com as observações do membro relativamente às moções enviadas a entidades terceiras, frisando que se o Presidente da Assembleia Municipal o faz é em relação a todas as propostas, de todos os partidos políticos, não fazendo quaisquer distinções partidárias. Relembrou que foi aprovado, por unanimidade, no presente mandato, que as moções aprovadas seriam remetidas em nome da Assembleia Municipal. Mencionou ainda que se entenderem alterar a forma de envio das moções, está totalmente aberto a novas propostas. Concluiu dizendo que há igualdade para todas as moções apresentadas. _____

_____ O membro Duarte Pacheco disse subscrever as palavras do Senhor Presidente, mas que por razões de transparência deve-se indicar quem apresentou a moção. _____

_____ O Senhor Presidente esclareceu que nas atas vem identificado quem apresenta as moções, requerimentos e votos, mas que se encontra totalmente disponível para alterar o procedimento. _____

_____ O membro Rui Corado disse não lhe incomodar a forma como tem vindo a ser tratado o envio das moções. _____

_____ O membro Fernando Lopes referiu que se está a discutir um assunto que já foi aprovado em sessão de Assembleia Municipal no início do mandato, todavia não lhe causa qualquer inquietação mudar a situação. _____

_____ A membro Cláudia Joaquim disse que, solicitaram a introdução deste ponto na ordem do dia, para poderem proceder ao esclarecimento de dois pontos que não traduzem a realidade, nomeadamente a resposta aos pedidos de informação e o envio das atas das reuniões de Câmara à Assembleia Municipal. _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara relativamente às atas disse que, houve um problema na inserção no Sistema de Gestão Documental e que não apareciam os registos na

¹ Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. De acordo com o qual cabe à AM "apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, a qual deve ser enviada ao presidente da assembleia municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão".

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



correspondência, pois, do que averiguou junto dos serviços, após a observação do Senhor Presidente, é que o envio era registado através de numeração interna e não como correspondência. Todavia, reconheceu que no presente ano de 2015 houve um atraso no envio das atas, situação que já está ultrapassada. No que se refere aos pedidos de informação, disse que facultou um conjunto significativo de documentação em resposta aos sucessivos requerimentos apresentados pelo PS. No entanto, e atendendo a que publicamente foi dado conhecimento do envio desta documentação a diversas entidades inspetivas, demonstra, desde já, a sua total disponibilidade para esclarecer cabalmente as ditas entidades, facultando às bancadas da Assembleia os documentos de acordo com a deliberação tomada em sede deste órgão. _____

____ O Senhor Presidente lembrou que foi votado, nesta Assembleia Municipal, que a disponibilização da documentação para consulta se faria dentro do edifício da Câmara, em dia a determinar, sublinhando que assim será feito. _____

____ O Senhor Presidente da Câmara comunicou que no relatório consta que foi dada resposta aos requerimentos e pedidos de informação apresentados em sessões de Assembleia Municipal, sendo totalmente verdade, pois sempre respondeu às questões colocadas, pode é não ter sido a resposta pretendida. _____

____ A membro Cláudia Joaquim disse que se pode interpretar das palavras do Senhor Presidente de Câmara, que se voltar a entregar o documento com os pedidos de informação, não lhe será dada qualquer resposta. No que se refere à disponibilização de fotocópias, transmitiu que a lei obriga a que a Câmara disponibilize as fotocópias dos processos que não estão terminados. _____

____ O membro André Lourenço procedeu à apresentação de um requerimento, que a seguir se transcreve: _____

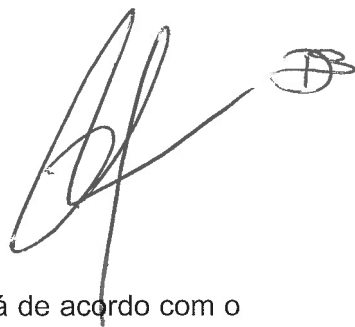
____ *"Face ao exposto, os deputados do PS à Assembleia Municipal requerem a seguinte informação ao senhor Presidente da Câmara de Sobral de Monte Agraço: _____*

____ *1. Relativamente ao ponto relativo "aos pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia Municipal", solicita-se: _____*

- *A listagem de todos os pedidos / requerimentos dos deputados do PS que foram veiculados pela mesa da Assembleia Municipal no decurso do ano de 2014, e respetiva data de receção; _____*
- *Relativamente aos pedidos / requerimentos a que se refere o ponto anterior, a listagem de todas as respostas / envio de informação remetidas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, e respetiva data de envio à mesa da Assembleia Municipal. _____*

____ *Os deputados do Partido Socialista" _____*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



_____ O Senhor Presidente da Câmara voltou a repetir que apenas responderá de acordo com o que foi aprovado em Assembleia Municipal. _____

_____ A membro Cláudia Joaquim questionou qual o enquadramento legal que justifica a posição do Senhor Presidente da Câmara em relação à entrega de fotocópias de processos. _____

_____ O membro Nuno Fortes, no âmbito das intervenções do Senhor Presidente da Câmara disse poder concluir, e somente para esclarecer, que este não irá responder ao pedido efetuado.

_____ O membro Duarte Pacheco referiu que é necessário ter presente que as respostas dadas podem não esclarecer totalmente a pergunta que se pretende ver respondida. No que se refere ao enquadramento legal, disse ser fácil de ultrapassar a questão, bastando apenas que o jurista da Câmara fundamente a resposta. _____

_____ O membro Fernando Lopes disse que gostaria de congratular o espírito solidário existente no executivo, uma vez que a maioria das propostas foi aprovada por unanimidade. _____

_____ O membro Duarte Pacheco, relativamente às propostas aprovadas em reunião de Câmara, disse que é necessário ter em consideração que as propostas orçamentais e as que implicam documentos financeiros são as de maior divergência entre os partidos e que o seu número é reduzido, pois a maioria das propostas são de gestão corrente, daí os números parecerem “tão floreados”. _____

_____ Seguiu-se o Ponto Número Dezasseis. _____

_____ **Outros assuntos de interesse do Município** _____

_____ O membro Artur Costa, no âmbito dos dados apresentados pelo “Portugal City Brand Ranking”, questionou o que é possível fazer para melhorar a posição do Sobral de Monte Agraço que aparece em 251.º lugar, num universo total de 308 Municípios. _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara disse que, primeiro seria interessante conhecer a empresa que fez o estudo e quais os itens avaliados. _____

_____ O membro Artur Costa comunicou que os itens em análises são “negócios”, “visitar” e “viver”. _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara referiu que a nível do Turismo se têm vindo a fazer significativos investimentos a nível das Linhas de Torres, sendo esta a aposta do concelho a nível turístico. Paralelamente, têm sido desenvolvidas outras ações, como o início dos trabalhos da revisão do PDM e a criação do Cluster Agroindustrial. Seria muito importante que o Governo iniciasse o IC11, via estrutural que permitirá um maior desenvolvimento do concelho e a implementação de novas empresas. A este propósito e a título de exemplo referiu a zona da Sapataria e o seu desenvolvimento, fruto, em larga medida, do facto de se encontrar perto da A8. _____

_____ O membro Artur Costa disse que o IC11 não pode ser desculpa para tudo, pois apesar de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

ser um concelho pequeno, é capaz de melhorar e de se desenvolver mais. _____

_____ O membro Fernando Lopes recordou que há vinte anos que ouve falar de turismo e do facto de Sobral de Monte Agraço não ter um produto turístico. Hoje em dia a realidade é outra, na medida em que existe um produto turístico – Linhas de Torres. Seguidamente, pediu que lhe fossem facultadas informações adicionais sobre o Cluster Agroindustrial. _____

_____ A membro Teresa Sepúlveda informou os presentes que a Junta de Freguesia de Sobral de Monte Agraço vai construir um parque e estação de serviço para autocaravanas junto à sede da Junta, podendo esta construção ser uma forma de trazer mais visitantes ao concelho. _____

_____ O membro Joaquim Ribeiro, em relação ao turismo, disse que o Sobral não tem praias, logo não pode ser comparado com os Municípios junto à costa, deve sim competir com as zonas de fronteira dos concelhos vizinhos – Arruda dos Vinhos, Mafra, Vila Franca de Xira ou com Torres Vedras (zona depois da linha do comboio). Continuou dizendo que a partir do momento em que as Linhas de Torres começaram a ter maior visibilidade, a Quinta dos Freixos sofreu um aumento significativo de visitantes, frisando que é evidente que tudo isto passa por um processo de desenvolvimento e que não se pode esquecer que a falta de unidades hoteleiras em nada contribui para a promoção e desenvolvimento pretendido. _____

_____ Por último fez menção a quatro grandes atletas do concelho que fazem elevar o nome do Sobral de Monte Agraço além-fronteiras, nomeadamente os ciclistas Daniela Reis e Fábio Silvestre, o nadador Rafael Gil e o jogador de hóquei em patins Válder Neves. _____

_____ A membro Cláudia Joaquim disse que a bancada do PS iria apresentar um novo requerimento relativamente à Informação do Senhor Presidente da Câmara, passando-se de seguida à sua transcrição: _____

_____ **“Requerimento** _____

_____ **Apreciação da informação do senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal²** _____

_____ *Da análise efetuada à informação do senhor Presidente da Câmara, salienta-se que, à semelhança das informação anteriores:* _____

- *A informação disponibilizada continua a ser manifestamente insuficiente para que seja possível aos deputados municipais efetuarem qualquer tipo de análise à situação financeira do município, designadamente em termos de execução orçamental.* _____
- *O "mapa" da situação financeira apresentado não corresponde a nenhum dos mapas financeiros ou orçamentais das contas dos municípios.* _____

_____ *Face ao exposto reitera-se por esse motivo o pedido formulado nas anteriores reuniões de Assembleia Municipal, de modo a que na próxima reunião de AM a informação-financeira*

² Nos termos da alínea e), n.º 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

disponibilizada pelo executivo seja mais detalhada, de modo a permitir uma efetiva avaliação da situação financeira do município por parte deste órgão autárquico. _____

____ Os deputados do Partido Socialista” _____

____ O membro Rui Corado em relação às faturas de água e tendo presente que há um défice, perguntou se estão a ser monitorizadas as perdas de água ao nível da rede pública de forma a minimizar os prejuízos. _____

____ A membro Elsa Penedo mencionou que teve conhecimento da atribuição do nome “Largo de Nossa Senhora de Fátima”, ao largo da Igreja em Santo Quintino, questionando se essa mesma atribuição não deveria ser alvo de deliberação em Assembleia Municipal, sublinhando que nada tem a opôr ao nome escolhido. _____

____ O Senhor Presidente da Câmara, no que se refere ao Cluster Agroindustrial, informou que resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço e a Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, visando-se a criação de uma plataforma de desenvolvimento que aposte na inovação, competitividade e no conhecimento como fatores de crescimento e internacionalização. Mais informou que, a sessão de apresentação contou com a presença de empresários da área da vinha, da carne, do leite e do pão. Também se pretende apostar na produção florestal, pois é uma aposta sustentável que valoriza o território e que poderá ser um pilar de desenvolvimento deste projeto. Por último, disse que os próximos passos passam por formalizar o Cluster, a dinamização junto do tecido empresarial que ainda não aderiu e a apresentação de candidaturas a Fundos Comunitários que possibilitem e potenciem o desenvolvimento do projeto. _____

____ Relativamente às perdas de água na rede pública de abastecimento, esclareceu que os reservatórios se encontram monitorizados, existindo, também, contadores em todos os locais onde existem consumos. Mais informou que, as associações/coletividades e os Bombeiros também têm contadores, apesar de estarem isentos até aos 10m³. Em relação às roturas, disse não ter forma direta de contabilizar a perda de água. Informou, finalmente, que a rede de águas de Casais de Santo Quintino está a ser substituída e que representa um avultado investimento. _____

____ Relativamente à atribuição de nomes de ruas, disse que esta matéria nunca veio a deliberação da Assembleia Municipal, pois não se enquadra nas suas competências. Tem presente que num mandato anterior o nome de algumas ruas da Vila estiveram presentes neste órgão mas apenas para conhecimento. Finalmente e quanto à questão em concreto, esclareceu que a atribuição do nome ao Largo foi decidida pelo Presidente da Câmara, ouvida a Junta de Freguesia de Santo Quintino, na pessoa do seu Presidente. _____

____ A membro Elsa Penedo disse que existe uma sala vazia na ECC e questionou se a mesma poderia ser utilizada como zona de convívio e refeição para os condutores da Boa Viagem. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



Referiu que esta questão foi colocada em reunião da Câmara Municipal, tendo nessa ocasião sido dito que poderiam utilizar um espaço que agora serve de arrecadação ou utilizar as mesas do café, se bem que, na sua opinião, a solução apresentada não dispõe de condições decentes.

____ O Senhor Presidente perguntou se a questão já foi colocada oficialmente pela entidade empregadora à Câmara Municipal. _____

____ O Senhor Presidente da Câmara disse desconhecer esta situação enquanto problema da empresa, pois nunca lhe foi colocada oficialmente essa questão, ainda recentemente esteve a falar com o responsável da Boa Viagem e este não lhe solicitou nada, sublinhando que a Boa Viagem é uma empresa privada, como tal, tem de se analisar a situação num cenário de igualdade face a outras entidades privadas. _____

____ A membro Elsa Penedo alertou para um assunto exposto na Assembleia Municipal realizada a 27 de fevereiro e que até ao momento não teve qualquer tipo de resolução, designadamente o esgoto que está a escoar na sua propriedade, pois para perceberem de onde vem a água é necessário entrar na sua propriedade e até ao momento ninguém lhe pediu para entrar. _____

____ O membro Duarte Pacheco referiu que gostaria de colocar algumas questões. Assim, começou por dizer que existindo um relógio de ponto no edifício e outro na garagem municipal, porque motivo é que os trabalhadores não podem "picar" o ponto no local mais perto de onde se encontram ou iniciam as suas funções. Continuou a sua intervenção dizendo que, uma vez que foi criado um refeitório nas instalações onde esteve instalado o Centro de Saúde (no centro da Vila), perguntou por que razão este equipamento não era utilizado por todos os trabalhadores que exerçam funções nesta zona da Vila, situação que possibilitaria, certamente, uma melhor otimização e gestão dos recursos existentes. _____

____ Seguidamente sugeriu que fosse equacionada a possibilidade de ser convidado o Secretário Executivo da OesteCIM a estar presente numa Assembleia Municipal, podendo, deste modo, dar conhecimento dos vários projetos desenvolvidos pela Comunidade Intermunicipal e ao mesmo tempo promover-se um diálogo aberto onde os membros deste órgão poderiam colocar as questões; por último e como terceira questão, perguntou, relativamente à receita da derrama dos eólicos se já foi respondido o ofício remetido à Câmara Municipal de Loures. _____

____ Concluiu dizendo que o produto turístico – Linhas de Torres -, já estava no concelho, mas uma tentativa isolada do Sobral em incrementar este produto não ganharia as dimensões que tem vindo a ganhar. _____

____ O Senhor Presidente da Câmara informou que o relógio biométrico do edifício da Câmara só está acessível a partir das nove horas e que há trabalhadores, designadamente os dos serviços externos que entram ao serviço às oito horas e trinta minutos, daí não ser possível a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

picagem no edifício. Relativamente à derrama dos eólicos, informou que já foi apresentado o pedido e que, até à data, não foi obtida resposta, mas que irá ser reforçado. _____

_____ Concluiu comunicando que durante o corrente dia foi extinta a empresa Águas do Oeste, que era composta por catorze concelhos. Neste momento o Município está inserido no sistema multimunicipal do Oeste, Lisboa e EPAL, composto por 84 municípios. Os municípios do Oeste quase não têm representação, apesar de terem sido convidados para fazer parte do conselho de administração, convite que, ao que sabe, foi declinado atendendo a que o Oeste não se revê na Lei que veio criar esta entidade. Mais referiu que, é quase certo que se irão verificar aumentos no custo da água que se repercutirão na população. _____

_____ O membro Duarte Pacheco disse que começou hoje um modelo novo e nenhum de nós pode dizer se será ou não perfeito, mas é preciso ter presente a disparidade de preços, existentes entre as zonas do litoral e interior, procurando-se assim uma uniformização. _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara referiu que, vai haver uma tarifa uniforme e que o Sobral de Monte Agraço terá de a adotar, o que se traduzirá, daqui a cinco anos, na adoção da tarifa mais elevada. _____

_____ **Abertura ao Público** _____

_____ Seguidamente a reunião foi aberta ao público. _____

_____ **Aprovação em Minuta** _____

_____ Finalmente foi deliberado por unanimidade aprovar a presente ata em minuta, nos termos do número 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tendo em vista a sua excecutoriedade imediata. _____

_____ **Encerramento** _____

_____ E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrada a sessão quando eram vinte e quatro horas e cinco minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Dilia Maria de Jesus Ferreira Batista, redigi e vou assinar, junto do Presidente. _____

O Presidente _____

O Secretário _____